

LEITURAS



Costa, Alfredo Bruto Da (Coord.)
Um Olhar Sobre a Pobreza,
 Lisboa, Gradiva, 2008.

Na sequência de um estudo realizado em 1985, intitulado Pobreza em Portugal (Lisboa, Caritas), realizado em conjunto com Manuela Silva e outros autores, Alfredo Bruto da Costa, coordenou, em 2008, um novo estudo sobre o tema. O seu objectivo consiste em actualizar o anterior, bem como projectá-lo para o século XXI português. Significativamente intitulado Um Olhar sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo, esta investigação parte da definição de pobreza como "privação por falta de recursos" (p. 31). Analisados os dados relativos ao período de 1995-2000, os autores concluíram que 46% das pessoas e 47% dos núcleos familiares caíram numa situação de

pobreza em, pelo menos, um dos seis anos respeitantes ao inquérito realizado; em contrapartida, permanecem numa situação de pobreza irremediável e sem saída 6,5 % dos indivíduos no decurso do período. Este número ganha um novo significado, se tivermos em conta que cerca de 15% das pessoas permaneceram na pobreza em pelo menos um ano. Os dados do painel confirmam que a pobreza em Portugal não é um fenómeno circunstancial, mas um fenómeno persistente e de dimensões socialmente relevantes. Mais grave ainda é o facto de que mais de metade dos agregados que são pobres em Portugal têm como rendimento o trabalho assalariado. Mas isto significa que o combate à pobreza não passa apenas pelo reforço das políticas redistributivas. Estas apenas contribuem para a sua atenuação, mas não atacam os seus fundamentos que residem essencialmente na grande disparidade da repartição primária dos rendimentos. Uma política de combate à pobreza com perspectivas de sucesso passa necessariamente por alterações de fundo na repartição primária do rendimento, na propriedade e no poder. Por conseguinte, é necessária uma política social e económica de melhoria salarial e das condições de trabalho, de acesso universal aos instrumentos de desenvolvimento pessoal e colectivo – cultura e tecnologia – e de devolução ao pobre do poder que lhe permita exercer integralmente o direito de cidadania de que foi excluído. A questão fundamental é que os direitos humanos são indivisíveis, já que a pobreza não é apenas a negação de um direito social, mas consiste também na privação da liberdade: "Para se ser livre não basta que o afirme a lei. É também preciso que as pessoas tenham as condições necessárias ao exercício da liberdade" (p. 196).

BLOGS



Final Cut

<http://finalcut-visao.blogspot.com/>
 Blog de Cinema da Visão editado por [Manuel Halpern](#) e Ana Margarida de Carvalho onde pode encontrar os filmes em estreia, opiniões, classificação, entrevista, genéricos de filmes, etc. Muita informação sempre actualizada sobre o mundo do Cinema. Tem hiperligações para a Visão e Jornal de Letras. Um Blog a ter sempre "à mão".



Blog do Público sobre as Eleições

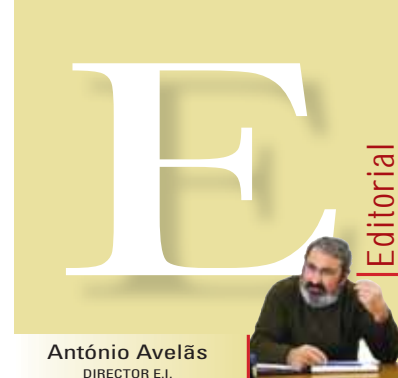
<http://blogs.publico.pt/eleicoes2009/>
 É um blog colectivo sobre as eleições no ano de 2009 em Portugal. Esta é uma iniciativa do Público e de um grupo de bloggers com interesse pela política e em particular pelo período eleitoral ímpar que o país atravessa este ano, com 3 actos eleitorais.

SITES



AIA 2009

<http://www.astronomia2009.org/>
 Ano Internacional da Astronomia 2009, (AIA2009) será uma celebração global da astronomia e da sua contribuição para a sociedade e para a cultura, estimulando o interesse a nível mundial não só na astronomia, mas na ciência em geral, com particular incidência nos jovens.



António Avelãs
DIRECTOR E.I.

Somos um sindicato, não somos um partido!

1. Somos um sindicato, não somos um partido político. Como acontece com todas as organizações sociais, a nossa acção tem incidências políticas e é só nesse sentido que pode dizer-se que fazemos política. Ao longo dos quase 4 anos que já leva esta legislatura combatemos as medidas de um governo que afrontou e quis humilhar os professores e educadores, que causou enormes danos ao nosso sistema educativo, que fez da maioria absoluta que os eleitores lhe concederam uma arma de arrogância e prepotência, a que, pelo menos na área da Educação, se deve somar a total incompetência prática e a falta do mais elementar bom senso da equipa ministerial. Como não podia deixar de ser, os professores e os educadores reagiram com firmeza. É muito provável que tenham punido eleitoralmente o PS e contribuído para a sua derrota nestas eleições. Em bom rigor, porém, deve dizer-se que foi o PS que se prejudicou eleitoralmente a si mesmo com a política, a atitude e as medidas contra os professores que insistiu em pôr em prática. Esperamos que o governo que resultar das próximas eleições legislativas, ainda em 2009, tenha uma postura e uma prática radicalmente diferente da que foi assumida pela equipa de Maria de Lurdes Rodrigues. O SPGL continuará orientado por um objectivo claro: defender, com os professores e com os sindicatos da FENPROF (e, se for possível, com a Plataforma Sindical), os direitos e a dignidade da profissão docente - trabalhem os professores e educadores em escolas públicas, privadas, cooperativas ou em instituições de solidariedade social - e a qualidade da escola pública, pilar fundamental de uma sociedade mais justa e mais humana. Independentemente de qual seja o governo que tenhamos que enfrentar, e com a consciência plena de que, apesar de não sermos um partido político, a nossa intervenção terá sempre incidências e consequências de natureza política.

2. Panorama diferente é o que se vive no Ensino Superior. No momento em que escrevo este editorial, as negociações ainda não terminaram – quer a FENPROF quer o SNESUP requereram a negociação suplementar legalmente prevista. Mas o modo como as negociações estão a decorrer permitiram que a FENPROF afirmasse já, em comunicado dirigido à comunicação social, que “quanto às futuras carreiras, importa reconhecer que há significativos aspectos positivos, muitos dos quais conquistados com uma atitude reivindicativa e responsável assumida pela FENPROF...” A principal divergência assenta no regime de transição dos docentes do Politécnico e dos leitores que se encontram com contratos precários a exercer funções permanentes – e será essa a questão em debate na negociação suplementar requerida. Mas quem olhar para o modo como decorreu esta negociação das carreiras do Ensino Superior, dirá que Mariano Gago e Lurdes Rodrigues não pertenceriam ao mesmo governo...

3. Este é um número do EI em grande parte dedicado às eleições para os corpos gerentes do SPGL que decorreram no passado dia 19 de Maio. Os resultados e as análises aí estão. É meu dever, em nome da direcção do SPGL, felicitar os sócios do nosso sindicato que votaram (e lamentar que muitos o não tenham feito), agradecer muito particularmente aos candidatos das diversas listas e a todos os que asseguraram as mesas eleitorais e os trabalhos do escrutínio – incluindo aqui os trabalhadores do SPGL. Temos todos que nos empenhar em construir um SPGL ainda maior, ainda mais forte e que será ainda mais democrático se todos participarmos, como é nosso dever, na sua vida interna e na tomada de decisões. Ao trabalho!

E boas e merecidas férias: até Setembro!



ficha técnica:

Director: António Avelãs. Chefe de Redacção: Manuel Grilo. Conselho de Redacção: Luis Viana, Joaquim Veiguiña, Rolando Silva, Teresa Chaveca, Isabel Pires, Delém Campos. Redacção: Lígia Calapez. Paginação e Grafismo: Dora Petinha. Capa: Dora Petinha. Composição: Idalina Martins, Lina Roque. Revisão: Luisa Pereira. Fotos: Jorge Caria. Impressão: SOGAPAL, SA. - Av. dos Cavaleiros, 35, 2795-626 Carnaxide. Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Filalho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa. NIPC: 501057528. Período de circulação: Mensal. Tiragem: 29 000. Depósito legal: 9157/85. ICS: 109893.

Neste número:

2 Sugestões

4 BD . Contactos

5 Dossier

Eleições SPGL

18 Cidadania

Europa, Europa: para onde vais?

19 Escola/Professores

19. Manifestação de 30 de Maio

20. Quadros de Nomeação

e Contratos de Trabalho

21. Luta dos docentes do Ensino Superior

22. Casa Pia

23. V Conferência sobre Igualdade

24. Trajectos Passados, Projectos Futuros

25. Sementes de Música

27. Ópera infantil “Brundibar”

28 Internacional

Fórum Social Mundial

29 Aos sócios

35 Consultório Jurídico

Regime Disciplinar



Manifestação de 30 de Maio: Não houve duas sem três

PÁGINA 19



ELEIÇÕES SPGL

19 de Maio 2009
Triénio 2009/2012

Corpos Gerentes - Conselho Fiscal
Conselho Geral - Direcções Regionais
Direcções de Zona - Áreas Académicas



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº230 JUNHO 2009

■ ELEIÇÕES SPGL

O actual Dossier é, como seria natural, integralmente dedicado às eleições no SPGL. Engloba informação e comentários múltiplos, do apuramento dos resultados a textos das várias listas concorrentes e da direcção eleita.

Na sua intervenção, na tomada de posse da nova direcção, António Avelãs sublinhou a afirmação de um SPGL “democrático, plural, vivo e por isso mesmo cheio de contradições que se resolvem em progressos e avanços”, que continuará a ser “uma força indispensável na construção de uma Escola Pública renovada e de uma profissão docente que nos torne a todos nós, professores, homens e mulheres felizes e profissionalmente realizados”.■

Apuramento de Resultados das Eleições para os Corpos Gerentes, Conselho Geral e Conselho Fiscal para o Triénio 2009/2012

A) Votação para a Mesa da Assembleia Geral e Direcção Central

Eleitores - 17621
Votantes - 6448 – 36,6%
Votos A - 3806 – 59%
Votos B - 2118 – 32,8%
Branco - 448 – 6,9%
Nulos - 76 - 1,1%

B) Votação para o Conselho Fiscal

Eleitores - 17621
Votantes - 6436
Votos A - 3737 - 4
Votos B - 1851 - 1
Votos C - 362
Branco - 423
Nulos - 63

C) Votação para o Conselho Geral

Eleitores - 17621
Votantes - 6452
Votos A - 3578 - 11
Votos B - 1895 - 6
Votos C - 246
Votos D - 292
Branco - 378
Nulos - 54

D) Votação para as Direcções Regionais

	Lisboa	Oeste	Santarém	Setúbal
Eleitores	8963	1559	1752	3546
Votantes	2970	677	847	1630
Votos A	1670	404	576	888
Votos B	881	226	213	580
Votos C	195	(b)	(b)	(b)
Branco	194	40	55	140
Nulos	30	7	3	22

E) Votação para as Direcções de Zona da Região de Lisboa

	Amadora/Sintra	Lisboa Cidade	Loures/Odivelas	Oeiras/Cascais	Vila Franca/Azambuja
Eleitores	1935	3359	1222	1231	626
Votantes	648	1062	554	324	195
Votos A	337	674	265	143 – 44,1%	118
Votos B	195	255	206	159 – 49%	53
Votos C	54	74	27	(b)	(b)
Branco	55	49	48	18 – 5,5%	22
Nulos	7	10	8	4 – 1,2%	2

(b) Não concorreu.

F) Votação para as Direcções de Zona da Região Oeste

	Alenquer/Arruda dos Vinhos	Caldas da Rainha	Mafra	Torres Vedras/Lourinhã
Eleitores	221	636	235	456
Votantes	80	286	106	203
Votos A	52	176	52	124
Votos B	25	90	46	64
Branco	3	19	3	15
Nulos	0	1	5	0

G) Votação para as Direcções de Zona da Região de Santarém

	Abrantes	Santarém	Santarém Oeste	Santarém Sul	Tomar	Torres Novas
Eleitores	302	460	92	222	305	341
Votantes	166	225	63	96	146	145
Votos A	132	133	19	65	112	108
Votos B	19	75	42	27	27	22
Branco	15	13	2	4	6	14
Nulos	0	4	0	0	1	1

H) Votação para as Direcções de Zona da Região de Setúbal

	Almada/Seixal	Barreiro	Setúbal	Sul de Setúbal
Eleitores	1428	941	792	340
Votantes	670	439	331	159
Votos A	314	232	177	128
Votos B	244	170	119	25
Votos C	39	(b)	(b)	(b)
Branco	65	30	33	5
Nulos	8	7	2	1

(b) Não concorreu.

I) Votação para as Áreas Académicas do Ensino Superior

Área Universitária 1
Eleitores - 213
Votantes - 65
Votos A - 46
Votos B - 18
Branco - 1
Nulos - 0

Área Politécnica
Eleitores - 165
Votantes - 41
Votos A - 30
Branco - 8
Nulos - 3

Área Universitária 2
Eleitores - 228
Votantes - 89
Votos A - 76
Votos B - 13
Branco - 0
Nulos - 0

Área Ensino Superior Particular e Cooperativo
Eleitores - 70
Votantes - 26
Votos A - 20
Votos B - 5
Branco - 1
Nulos - 0

Face a estes resultados conclui-se pela eleição da Lista A para a Direcção Central do SPGL, para a Mesa da Assembleia Geral, para as Direcções Regionais de Lisboa, Santarém, Setúbal e Oeste e para as Direcções de Zona de Amadora/Sintra, Lisboa Cidade, Loures/Odivelas, Vila Franca/Azambuja, Alenquer, Caldas da Rainha, Mafra, Torres Vedras, Abrantes, Santarém, Santarém Sul, Tomar, Torres Novas, Almada Seixal, Barreiro, Setúbal, Sul de Setúbal e todas as Áreas Académicas.

E pela eleição da Lista B para a Direcção de Zona de Oeiras/Cascais e Santarém Oeste. Relativamente ao Conselho Fiscal a Lista A elegeu como efectivos 4 (quatro) elementos, a Lista B elegeu 1 (um) e a Lista C 0 (zero). Relativamente ao Conselho Geral a Lista A elegeu 11 (onze) elementos, a Lista B elegeu 6 (seis), a Lista C 0 (zero) e a Lista D 0 (zero).

Lisboa, vinte e dois de Maio de dois mil e nove

A Comissão Eleitoral

À margem da Campanha

É certo e sabido – passe o plebeísmo – que numa campanha eleitoral, mesmo que seja para um sindicato, há exageros, se recorre a meias verdades ou a apreciações unilaterais de algumas situações e alguns dados. Nestas eleições, obviamente, a tradição manteve-se. É certo que a campanha foi menos agressiva que a anterior, houve um maior respeito entre as pessoas, não se pode propriamente falar de ataques pessoais.

Contudo, houve um conjunto de afirmações e análises que merecem ser discutidas e, até mesmo corrigidas, não já num quadro de disputa eleitoral, mas de reforço e de futuro do SPGL.

1. Sobre a sindicalização/dessindicalização no SPGL

- Escreveu a Lista B, apoiada na comparação entre o número de eleitores inscritos nas eleições de 2006/2009 e o número de inscritos nestes cadernos eleitorais, que se estaria perante um ritmo elevado de dessindicalização – escreveram mesmo que a média seria de 3 por dia e que isso se deveria ao mau trabalho da direcção. Aparentemente alicerçada nos números, trata-se porém de uma afirmação errónea. Vejamos porquê.

O número de sócios nos cadernos eleitorais foi de 21297 em 2006 e de 17621 em 2009 ⁽¹⁾. Ou seja uma diferença de 3676 sócios. Esta diminuição resulta de factores diversos:

- O número de desempregados sócios do SPGL, devido a um maior controlo imposto na análise da situação, reduziu-se, desde então, de 1060 para 140. Esta diminuição acontece porque até 2007 os desempregados se mantinham como sócios sem pagar quotas e sem estar na profissão por um tempo indefinido, ao ponto de haver sócios “desempregados” no SPGL a exercerem já outras actividades pro-

fissionais! Em 2006, com a alteração estatutária, corrigiu-se esta situação ao estabelecer um prazo de 2 anos enquanto desempregado para se manter como sócio e a necessidade de estar inscrito como desempregado na Segurança Social.

- Nos últimos anos, como é sabido, aumentou de forma significativa a aposentação na classe docente, sendo que um grande número de docentes que se aposentam não continuam sindicalizados. O número de sócios que o deixaram de ser por motivo de aposentação deverá, nos últimos 3 anos, ser superior a 2000. Estamos a tentar que os que se aposentam se mantenham como sócios, nos termos estatutários. Mas os resultados ainda não são satisfatórios.

- Como é sabido, quer pela não substituição de muitos que se aposentam, quer por outros motivos, diminuiu fortemente o número de professores em exercício, o que não pode deixar de se reflectir nos números da sindicalização.

- As condições para ser “integrado” nos cadernos eleitorais foram, nestas eleições, bem mais rigorosas e restritivas que em 2006.

Neste contexto, a quebra de 3676 sócios em 3 anos nem seria uma situação particularmente grave; mas bastaria que a Lista B procurasse comparar a situação, neste particular, do SPGL, com a diminuição do número de sócios de outros sindicatos da FENPROF (certamente justificáveis por motivos idênticos aos que ficaram atrás expressos) para tomar consciência de que a “situação” no SPGL é bastante mais favorável e, honestamente, não permite qualquer crítica à direcção cessante. Em bom rigor, tendo como referência o número de professores e educadores actualmente no activo, a taxa de sindicalização do SPGL não sofreu alteração significativa.

Trabalhem todos para um reforço da sindicalização. Mas não se façam acusações infundadas!

2. As mesas eleitorais e os modos de votação.

- Alegou durante algum tempo a Lista B que a direcção estaria a engendrar

uma qualquer engenharia eleitoral que passaria pela redução do número de mesas de voto. Manda a verdade que se diga que foram criadas 341 mesas eleitorais e que, no essencial, a diminuição do número de mesas em relação às eleições anteriores ocorre em escolas do 1º CEB, com muito poucos sócios, tendo sido esses sócios incluídos nas mesas do agrupamento a que a escola pertence. Ou seja, considerou-se que a “unidade base” na construção das mesas eleitorais deveria ser o agrupamento quando tal existisse. Já agora: nas eleições anteriores a Lista A tinha ganho na maioria das mesas agora suprimidas...

Mas de acordo com o regulamento eleitoral aprovado em assembleia de delegados sindicais, as listas concorrentes tinham o poder de propor outras mesas, desde que garantissem o seu funcionamento, tendo a comissão eleitoral (e não a direcção!) entendido que “assegurar o seu funcionamento” significaria indicar três nomes para a nova mesa proposta. **Todas as mesas que foram propostas no prazo estabelecido e respeitando esta decisão foram aceites pela direcção e incluídas na listagem de mesas de voto enviadas aos sócios no Escola- Informação.** Lamentavelmente, algumas mesas criadas pelas listas não funcionaram porque os nomes indicados de facto não as asseguraram e, em alguns casos, nem sequer as levantaram. Mas não pode a direcção ser responsabilizada por isso. De qualquer modo, o número de mesas que não funcionaram é residual (apenas 8 mesas) e abrange um número pequeno de sócios.

Indefensável sim é que, apesar de enorme dificuldade de constituir as mesas – mais de 1000 sócios para assegurar o seu funcionamento! – a Lista B tivesse optado por colocar muitos dos seus candidatos não como membros das mesas mas como “fiscais” do trabalho dos outros colegas! Lamentável não só pela atitude de suspeição levada ao absurdo mas também pelo que significa de falta de respeito para com o trabalho dos outros. Houve quem, certamente, os baptizasse de ASAE...

O trabalho destes “fiscais” levou a situações graves e caricatas, como a que se viveu na Secundária Pedro Nunes: a mesa de voto acabou anulada porque a comissão eleitoral, por maioria, atendeu a uma reclamação apresentada pela “fiscal” da lista B que considerou ilegal que dos dois colegas que a dado momento estavam a assegurar a mesa de voto, um deles estivesse numa mesa ao lado, a trabalhar, enquanto não se apresentavam colegas para votar! Não foi apontada nem sugerida nenhuma viciação, mas apenas uma leitura absurda de um ponto do regulamento que determina que deverão sempre estar presentes pelo menos dois membros na mesa! Como de facto estavam! Os sócios do Pedro Nunes merecem um pedido de desculpas! Não está em causa a necessidade de garantir a verdade da votação em cada uma das mesas. Mas isso garante-se com a obrigação de cada lista indicar um membro seu para cada mesa e com o bom senso e respeito que tem de existir entre os docentes.

O que merece ser discutido é saber se se justifica este proliferar de mesas no dia das eleições, ou se não será mais “funcional”, como já acontece em outros sindicatos da FENPROF, alargar a possibilidade de voto por correspondência (ou, quando for possível, o voto electrónico) a todos os sócios, reduzindo a votação presencial a mesas apenas nas sedes e delegações, questão que deverá ser equacionada nos momentos da revisão estatutária que se pretende para breve. A opção não é fácil. É de temer que a eventual generalização do voto não presencial promova ainda mais a abstenção. E a presença de quase um dia inteiro do SPGL nas escolas no dia da votação tem efeitos de transparência, e de afirmação sindical que se traduz, no próprio dia, em número importante de sindicalizações e “regularizações”!

3. Sobre o número de delegados sindicais

ESTRUTURA			
	SPGL	SPRC (Sindicato Prof. Nogueira Carreres)	SPZS (Sindicato Prof. Zeres Sull)
DIRIGENTES	410	285	90
DELEGADOS SINDICAIS	264	799	200

Num folheto manifestamente infeliz, a Lista B traça uma comparação entre o número de dirigentes e delegados sindicais do SPGL e os números dos sindicatos que parecem ser tomados

como referência: o SPRC e o SPZS. Sobre os números dos outros sindicatos nada podemos dizer, sem prejuízo de não se saber se o modo como se elegem delegados sindicais é o mesmo nas diferentes zonas, se é o mesmo o tempo de mandato, etc... Falemos porém do SPGL:

- o número de dirigentes do SPGL, eleitos nas anteriores eleições, que de acordo com os Estatutos pode variar entre 259 e 324, foi de 324, sendo que destes, cerca de 80 foram eleitos pela então lista B (de que a actual lista B é herdeira).

Quanto ao número real de delegados sindicais é de 264.

A crítica subjacente – a debilidade da rede de delegados sindicais deve-se a mau trabalho da direcção – para lá de ser, em boa parte, uma “autocrítica”, supunha que se demonstrasse que nas zonas sindicais até agora dominadas pela lista B (recorde-se: Amadora-Sintra, Loures-Odivelas, Vila Franca-Azambuja, Oeiras-Cascais, Almada-Seixal, Setúbal, Torres Vedras-Lourinhã, Santarém-Oeste, e Santarém) a eleição de delegados sindicais era mais dinâmica do que nas restantes zonas. Mas os números não vão nesse sentido! Bem pelo contrário.

Reconhecer que a debilidade da rede de delegados sindicais é um grave problema para o SPGL é importante. Pensar que ele se resolve acusando facilmente a direcção é apostar no caminho errado. Pensemos colectivamente e sem acusações insensatas as medidas para inverter a situação.

4. A referência ao secretário geral da FENPROF

Nesse mesmo folheto lê-se “...em 2010 vai realizar-se de novo o Congresso da FENPROF. Foram os candidatos da Lista B que apoiaram e contribuíram decisivamente para a eleição do actual secretário da FENPROF. Se quer que Mário Nogueira continue a ser eleito para Secretário-Geral da FENPROF; então ajude também. Vota B”. Envolver o secretário geral da FENPROF numa “contenda” de um sindicato que não é o seu não lembraria ao diabo! Ficará sempre como uma marca negativa que o próprio se não tenha imediatamente demarcado e condenado este envolvimento. Mas fazê-lo associando-o directamente ao resultado de uma Lista potencialmente perdedora, não se faz ao melhor dos amigos. A Lista B enfraqueceu absurdamente o cargo e a pessoa do secretário-geral. A FEN-

PROF merece mais respeito!

A direcção do SPGL manterá sobre a questão do secretário geral a seriedade que se impõe.

5. Do princípio salutar da total transparência ao espírito alucinado de suspeição

Não há de certeza no movimento sindical eleições mais regulamentadas, mais democraticamente controladas e vigiadas que as do SPGL! A clara transparência dos processos eleitorais são apenas uma face do rigor e transparência democráticos de que a vida do SPGL se orgulha. Mas uma coisa é tomar as medidas necessárias a essa transparência, outra bem diferente é a instituição de regras absurdas fundadas em suspeições ilegítimas. Já atrás se referiu a “fiscalização” às mesas de voto. Mas devem os sócios saber que a comissão eleitoral, por maioria, determinou que não fossem os funcionários do SPGL a ir levantar os votos por correspondência ao apartado dos CTT – por sinal aqui bem perto. Certamente por receio de que esses funcionários, no espaço que medeia entre o Palácio de Justiça e a sede do SPGL adulterassem, rasgassem, substituíssem ou falsificassem votos! E a própria MAG, certamente pelos mesmos receios, teria de se fazer acompanhar nesta tarefa de representantes de cada uma das listas!

Mas ainda mais absurdo que esta “exigência” foi a decisão da mesma comissão eleitoral de que os votos não utilizados teriam de ser devolvidos juntamente com a mesa e contados pelos elementos da Mesa de Voto, que preencheriam uma ficha para seu controle, podendo ser recontados no momento da sua entrega se dessa contagem resultasse algum indício de irregularidade. Claro que este trabalho de contagem de milhares de boletins de voto não utilizados não serviu para nada.

Sendo que, esta solução apesar do seu absurdo foi a única maneira de evitar a recontagem de todos os boletins de votos não utilizados no momento da entrega da documentação da mesa de voto para se proceder ao seu escrutínio, o que a concretizar-se teria entupido longamente a recepção das mesas de voto e atrasado o escrutínio.

É urgente acabar com este clima de suspeição. Não é assim que se garante a clareza e a transparência dos processos eleitorais! ■

(1) - No momento em que este número do EI se encerra, entre Janeiro e Maio regularizaram a situação ou sindicalizaram-se pela primeira vez 567 docentes.

Ganhámos porque trabalhámos bem ao longo de 3 anos do mandato!

Odado inequívoco destas eleições é que a lista A - SPGL. A FORÇA DOS PROFESSORES – ganhou de forma nítida. Se, como é norma nas eleições, não tivermos em atenção os votos brancos e os nulos, a LISTA A obteve, para a Direcção Central, 64,2% dos votos, contra 35,8% da Lista B.

Além disso, se entendermos – como é justo – a LISTA A como a continuação da direcção cessante, deve registar-se um aumento – ainda que ligeiro – da votação em termos absolutos (3806 votantes na Lista A contra os 3722 em 2006). De qualquer modo, devem ser objecto de reflexão os valores da abstenção (63,3 %, um pouco superior à das eleições de 2006 – 62,21%).

A melhoria relativa da votação na LISTA A concretizou-se em todas as zonas do SPGL, mesmo nas únicas duas zonas onde a LISTA B venceu (Oeiras - Cascais e a microscópica zona de Santarém - Oeste). Pela clareza dos números, surpreendeu-nos positivamente a vitória em Amadora - Sintra,

Loures - Odivelas, Vila Franca – Azambuja, Almada - Seixal, Torres Vedras - Lourinhã...

Deve sublinhar-se também a esmagadora vitória da LISTA A no Ensino Superior, entre 70,8% na Área Universitária 1 e 85,4% na Área Universitária 2!

Uma breve referência para as LISTAS C e D. Decididamente, o seu linguajar radicalizado não corresponde ao modo de pensar dos professores. Em conjunto, somam 8,3% e, no que respeita à Lista D, a sua votação é muito concentrada em poucas escolas.

Os resultados da LISTA A devem-se sobretudo ao enorme esforço da direcção cessante no acompanhamento das escolas. O número de reuniões sindicais formalmente convocadas ao longo dos três últimos anos é simplesmente impressionante, havendo ainda que acrescentar-lhe umas largas centenas de reuniões e contactos informais. Neste trabalho, tivemos de nos substituir a vários eleitos da lista B, que, numa total falta de respeito para com os professores e educadores, se demitiram das tarefas para que tinham sido eleitos. E esta “de-

serção” não terá deixado de penalizar seriamente uma lista onde boa parte destes “desertores” se voltava a candidatar! (Nota: sabemos que também houve excepções, que houve eleitos pela lista B que trabalharam seriamente com a direcção e desenvolveram um bom trabalho. É pena que a sua postura seja prejudicada pela imagem global negativa que os seus camaradas construíram).

Uma outra nota sobre esta eleição: ela confirma o que já se notara nas anteriores: a de que é possível vencer eleições sindicais sem o apoio de máquinas partidárias. E que não é a profusão de propaganda colocada no exterior das escolas – em muitos casos nas praças e rotundas das cidades! – que convence os professores e educadores.

Agora, resta unir esforços e unir os professores. Fomos eleitos e como tal dirigiremos o maior sindicato de professores do país, no total respeito para quem não pensa como nós e nos critica. A todos exigimos apenas seriedade, dedicação e respeito pelos professores. Porque mesmo todos juntos, não seremos demais. ■

Posição da lista B/Professores Unidos

As eleições para o SPGL, realizadas no passado dia 19, foram ganhas pela Lista A, patrocinada pela direcção que dirigiu o sindicato durante o último triénio e constituída por sindicalistas com dezenas de anos de permanência no aparelho sindical.

A lista B reconhece que a mensagem de mudança e inovação que pretendia afirmar junto dos sócios não colheu apoio, fruto de circunstâncias que são já passado e cuja análise servirá para que todos os professores envolvidos no projecto que se constituiu sob o lema dos Professores Unidos possam melhorar a sua intervenção sindical e o trabalho nas escolas e junto dos colegas.

Constatada a realidade da vitória da Direcção/Lista A, a derrota da proposta da Lista B, excepto nas zonas de Cascais/Oeiras e Santarém Oeste, e os resultados obtidos pelas Listas C e D, que não conseguiram eleger nenhum candidato aos órgãos a que concorreram, importa em primeiro lugar, saudar:

- Todos os sócios que se empenharam na campanha eleitoral de uma forma democrática, participada e leal;
- Todos os sócios que com o seu voto procuraram contribuir para a vitalidade do SPGL;
- Os eleitos da lista vencedora que irão exercer o seu mandato, num difícil contexto político-sindical;
- As duas outras listas concorrentes, pela forma como tentaram contribuir para a pluralidade do debate.

Importa ainda constatar a elevadíssima percentagem de abstenção verificada, que aliada à diminuição

do número dos sócios votantes verificada desde as eleições de 2006 indicia um alheamento muito preocupante dos professores em relação à vida sindical e à forma de resolução colectiva dos seus problemas profissionais.

É com base nas premissas enunciadas que a Lista B faz uma saudação especial e um apelo a todos os seus candidatos e apoiantes, no sentido de olhar para os resultados obtidos como uma fonte de ensinamentos e inspiração para o trabalho que vamos desenvolver no triénio 2009/2012.

Nesse sentido a Lista B vem anunciar a todos os sócios e a todos os professores, sindicalizados e não sindicalizados, que o projecto dos Professores Unidos não se esgotou na eleição do dia 19, e que continuaremos a pugnar pelos princípios de um sindicalismo combativo, participativo e de luta permanente e persistente, em defesa de uma Escola Pública de qualidade e da dignificação e valorização da profissão docente.

Assim, declaramos o nosso empenhamento de uma forma positiva, de acordo com as seguintes ideias:

Só é derrotado quem desiste de lutar e para os Professores Unidos não há nenhum motivo para deixarmos de lutar e de colocar em prática muitos dos aspectos centrais do nosso programa. Para isso manteremos um contacto com todos os nossos candidatos e apoiantes, bem como a nossa presença na blogosfera através do Blogue [<http://professores-unidos.blogspot.com/>]

e do Sítio na Internet

[<http://spglb.no.sapo.pt/SPGLlistaB.html>];

O sindicato é de todos os sócios. A

lista A/Direcção eleita tem a legitimidade e a obrigação de aplicar o programa que apresentou aos sócios, porém queremos tornar claro que apoiaremos todas as iniciativas que sejam convergentes com as propostas constantes do nosso programa, e seremos oposição democrática firme e activa relativamente às iniciativas que nos mereçam críticas e reservas, sempre que as considerarmos contrárias à defesa da Escola Pública e dos interesses profissionais dos professores;

Apresentaremos aos sócios uma proposta de alteração dos estatutos que, de acordo com os princípios enunciados no nosso programa, permita reformular esses estatutos no sentido da sua democratização e simplificação, de forma a aproximar o sindicato dos professores e das escolas;

Desenvolveremos esforços no sentido de reforçar o papel dos delegados sindicais e dos núcleos sindicais de base, de estancar a dessindicalização e de sindicalizar novos professores de forma a inverter o processo de alheamento dos professores em relação à vida sindical em geral e em relação ao SPGL em particular;

Apoiaremos e procuraremos apresentar propostas de acção e de luta mobilizadoras dos professores contra o ECD, a Gestão, a ADD e as alterações à Vinculação/ Contratação que reforcem as orientações da FENPROF e ajudem a consolidar um SPGL centrado nas escolas, forte, combativo e interveniente. ■

A LUTA DOS PROFESSORES
CONTINUA!

Lisboa, 31 de Maio de 2009

Lista B – Professores Unidos

SPGL 2009: Uma campanha (pouco) alegre

Realizaram-se no dia 19 de Maio eleições para o SPGL.

Nas quais, do confronto entre as “grandes” listas (A e B) resultou a vitória, somente inesperada pela sua dimensão, da primeira.

O que não permitirá, todavia, concluir que a maioria dos sócios se revê plenamente na linha político-sindical da nova (e já anterior) Direcção. Mas tão-somente que os descontentes se desligaram da ilusão de mudança que a lista B representou há três anos, optando pelo voto nas listas C e D, ou até pelo voto branco (448). Posto isto, e num primeiro comentário à forma como decorreu a campanha eleitoral, será de salientar uma muito menor crispção em relação à de 2006.

Facto que não será estranho à multiplicidade e gravidade dos ataques que o ME e o governo do Sr. Pinto de Sousa têm desencadeado contra os Professores.

Curiosamente (ou talvez não...), as listas A e B não avançaram com quaisquer propostas de luta para o imediato, apesar de a data das eleições sindicais tornar a apresentação dessas propostas não apenas exequível, mas urgente.

Fugindo ambas, assim, uma vez mais, ao “escaldante” (para elas, claro...) tema da greve às avaliações finais.

Mais: só a lista C (“Autonomia Sindical /Devolver o Poder aos Professores”) avançou com propostas estruturadas de luta, não apenas para o final deste ano lectivo (greve às avaliações), mas também para o futuro.

Apontando a absoluta necessidade de um Plano de Acção a médio prazo. Posição que, aliás, o Grupo de Sindicalistas Independentes (GSI) há muito vem defendendo. Plano em relação ao qual as restantes listas primaram pela omissão, ou mesmo, por uma manifesta relutância. Isto, apesar de existirem decisões da Assembleia Geral (AGS) do SPGL nesse sentido.

Curiosamente, apesar de todas as listas reivindicarem como objectivo uma maior democraticidade de funcionamento do SPGL, e um escrupuloso respeito pelas decisões dos sócios, só a lista C assumiu claramente o cumprimento dessas deliberações da AGS.

Por último, e sem cairmos no habitual e ridículo triunfalismo que a generalidade dos concorrentes a eleições adoptam (no fim, “ganham” todos), faremos um breve balanço dos resultados da nossa campanha.

Assim, apesar de termos falhado a eleição de um elemento para o Conselho Geral, objectivo que, à partida, era perfeitamente exequível, como o demonstra a votação obtida para o Conselho Fiscal

(357 votos), alcançámos alguns objectivos importantes.

1) Conseguimos que, finalmente, todas as listas concorrentes assumissem o compromisso público de viabilizarem uma revisão de Estatutos do SPGL, que agilize, democratize e reforce o funcionamento do Sindicato, diminuindo o número de níveis de decisão, facilitando a apresentação de listas e libertando activistas para uma função fundamental – a de Delegado Sindical. Posição que o GSI vem defendendo há vários anos.

2) Divulgámos amplamente entre os professores de toda a área do SPGL a necessidade imperiosa de um Plano de Luta, democraticamente ratificado pelos Professores, e abrangendo todo o próximo ano lectivo.

Plano que terá de ter objectivos claros e mobilizadores para todos os Professores:

- . A revogação do ECD do ME.
- . A restauração da Carreira Única de Professor.
- . O restabelecimento da Gestão Democrática das Escolas.
- . A vinculação dinâmica dos Professores Contratados.

Luta vitoriosa que só será possível com um Sindicalismo Autónomo, Democrático e Combativo.

Por tudo isto continuaremos a lutar - com os Professores.

Para Devolver o Poder aos Professores. ■



Lista D/3Rs: Renovar, Refundar e Rejuvenescer o SPGL

Após a derrota de Sócrates, há ainda mais capacidade de luta...

A manifestação de dezenas de milhares de professores do passado dia 30 de Maio demonstrou novamente que tem havido mais capacidade de luta na classe que aquela que as direcções sindicais do SPGL e da FENPROF realmente convocam e colocam em acção. Por seu turno, a enorme derrota política de 7 de Junho do governo de Sócrates, e nomeadamente de Lurdes Rodrigues, entusiasmou ainda mais o conjunto dos professores – afinal um dos principais “responsáveis” por aquela derrota com as suas lutas persistentes. Assim, continua a haver boas condições para prosseguirmos de imediato a luta pela revogação do ECD, para pararmos a imposição de directores nas escolas e a precarização e instabilidade de milhares de colegas. Apesar dos desmobilizadores “pára e arranca” que tem marcado a luta desde Janeiro de 2008 e do tom de despedida “depois desta não há mais nada”, apesar de ser a enésima demonstração de força, etc, é extremamente positivo que mais de 50 mil colegas tenham decidido enfrentar no dia 30 de Maio o calor e o prejuízo para a sua vida familiar e em conjunto lutar contra esta ministra e este governo dos banqueiros e poderosos que até ao seu último minuto não deixa de atacar a Escola Pública e os direitos dos professores. Recorde-se o Acordo-Entendimento de Abril de 2008 logo após a primeira grande manifestação de 100 mil professores ou tristemente célebre “cada escola por si” de Janeiro deste ano, ou ainda a desmobilizadora greve de 90 minutos sacada da ‘Semana

da Consulta Geral’, burocraticamente e tal como coelho de uma cartola pelos altos dirigentes da FENPROF/Plataforma. Em vez esperar que um governo minoritário de José Sócrates se iniba de impulsionar novas maiorias parlamentares com os inimigos dos professores e da Escola Pública, temos mesmo que ‘pegar a luta pelos cornos’ e prosseguir na rua e nas escolas a mobilização.

Votação na Lista D/3Rs: o impulso da luta...

Considerámos que foi aquela disposição da classe docente para lutas mais fortes e consequentes, o repúdio aos Entendimentos e a crítica por parte de um número significativo de sócios aos métodos burocráticos de condução da luta por parte das Direcções Sindicais do SPGL (Lista A) e da FENPROF (Lista B) que impulsionou a votação bastante positiva (292 votos) obtida pela Lista D/3Rs: Renovar, Refundar, Rejuvenescer o SPGL” nas eleições de 19 de Maio para o Conselho Geral do SPGL. Mas há outra razão importante e reconhecida por muitos colegas: os activistas da Lista D participaram e impulsionaram sem sectarismos todas as mobilizações - sejam as grandes iniciativas convocadas unitariamente entre as direcções sindicais e os activistas e movimentos independentes, sejam as convocadas por estes, como sejam as manifestações de 15 de Novembro, de 24 de Janeiro, os Encontros Nacionais de Luta, etc. E assim vamos continuar.

O Movimento 3Rs concorreu apenas ao Conselho Geral - por causa dos enormes obstáculos estatutários e também por ser uma corrente ainda em implantação - mas neste primei-

ro ‘confronto’ com todas as restantes alternativas situou-se logo em 3º lugar.

Outro facto relevante destas eleições sindicais foi a perda relativamente às eleições de 2006 de cerca de 1400 votos na votação para a Direcção Central por parte da Lista B. Sinceramente, consideramos que foi um ‘castigo’ merecido pelos colegas responsáveis por aquela candidatura: perante as insuficiências e também perda de oportunidades na luta por parte da Direcção do SPGL/Lista A, comprometeu-se, antes e durante a campanha, com a “alternativa” do Secretariado da FENPROF e do seu máximo dirigente Mário Nogueira, rostos mais visíveis da condução burocrática e desmobilizadora do processo reivindicativo.

Encontramo-nos na luta e nas escolas...

Vamos continuar na luta e a construir o Movimento 3Rs entre os colegas sindicalizados e não sindicalizados. Vamos estar aqui (<http://3rs-spgl.blogspot.com> e 3rSPGL2009@gmail.com); mas sobretudo queremos estar cada vez em mais escolas e englobar muitos mais activistas porque temos consciência que para derrotar os inimigos da Escola Pública e conquistar uma orientação democrática, combativa e vitoriosa para as nossas lutas, não somos suficientes. Apelamos aos colegas não sindicalizados, e mesmo aos que se dessindicalizaram nos últimos anos, que renovem a sua sindicalização no SPGL, contribuindo desta forma para o tornar ainda mais unitário e combativo. Enfim, para... Renovar, Refundar e Rejuvenescer o SPGL. ■

Tomada de posse dos novos Corpos Gerentes



No dia 5 de Junho tomaram posse os novos Corpos Gerentes do SPGL, no Auditório da Escola Secundária D. Dinis, em Lisboa.

Presentes, além dos eleitos, alguns dos colegas que cessaram funções, o secretário-geral da FENPROF, Mário Nogueira, representantes dos restantes sindicatos da FENPROF: Abel Macedo, Manuela Mendonça, José Manuel Costa e Vítor Gomes, do SPN, Anabela Sotaia e Luís Lobo, do SPRC, Rui Sousa, do SPZS e Marília Azevedo do SPM. António Dutra, do SPRA, impossibilitado de estar presente, enviou uma saudação. Da direcção da CGTP esteve presente o seu secretário-geral, Manuel Carvalho da Silva e Maria do Carmo Tavares. Em representação da União de Sindicatos de Lisboa esteve presente Libério e da direcção do STML, Raposo.

Poderá ver os vídeos das intervenções na tomada de posse no site do SPGL (www.spgl.pt).

Intervenção de António Avelãs

Presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa



Quero começar por saudar todos os candidatos eleitos no processo eleitoral de 19 de Maio. E também os que, tendo concorrido, não foram eleitos porque também eles contribuíram para a afirmação de um SPGL democrático, plural, vivo e por isso mesmo cheio de contradições que se resolvem em progresso e avanços. Quero incluir nesta primeira saudação também os candidatos suplentes. Fizemos questão de os convidar não para uma tomada de posse formal – só o farão se vierem a substituir algum eleito – mas para uma tomada de posse simbólica, como forma de reconhecimento do trabalho que muitos deles têm desenvolvido em prol do SPGL e dos professores. Quero agradecer a presença do Rogério Mota, que serviu de

ponta de lança junto da direcção da Escola Sec. D. Dinis, a quem desde já agradecemos a possibilidade de utilizarmos este espaço.

A todos, muito obrigado pela vossa presença.

Agradeço a presença da CGTP-IN, nas pessoas do Manuel Carvalho da Silva e da Maria do Carmo Tavares, do secretário geral da FENPROF, Mário Nogueira, e dos dirigentes do SPN, SPRC, SPZS, SPM, sindicatos que conjuntamente com o SPGL têm dado corpo e voz à luta da classe docente e à necessidade da construção de uma Escola Pública que seja um alicerce fundamental na construção de uma sociedade mais justa porque mais humana. Agradeço as saudações que nos foram enviadas pelo Armando Dutra, do SPRA, que por razões

de distância não pode estar aqui presente. Agradeço a presença de camaradas do STAL, STML, USL, bem como as mensagens que nos foram enviadas pelo sindicato dos Enfermeiros, dos Inspectores de Ensino e dos Médicos Veterinários.

Obrigado não só pela vossa presença, mas também pelas palavras de estímulo e incentivo que aqui nos deixaram.

E permitam-me uma palavra para o Adriano. Eu sei, nós sabemos, que se ele pudesse estaria aqui. E como ele gostaria de estar aqui! Obrigado Adriano por tudo o que nos ensinaste e continuas a ensinar.

Quero ainda saudar a presença do Jaime Pinho, que convidámos em nome dos movimentos de professores de que eles são os princi-

pais protagonistas. E registar as saudações e disponibilidade para o trabalho conjunto que nos foram enviadas pela APEDE, através de Mário Machaqueiro e do MUP, através de Ilídio Trindade. A todos, muito obrigado.

E após este preâmbulo, que não é apenas protocolar porque sei que todos sabeis que são saudações sinceras e fraternas entre quem no essencial está no mesmo barco, permitam-me algumas reflexões.

Começo por me dirigir aos novos. Novos ou porque pela primeira vez aceitaram partilhar esta saudável loucura de estar na primeira linha da defesa dos professores, educadores, investigadores e, também, dos alunos e do país, ou novos porque são mesmo novos de idade. Ou pelos dois motivos. Sede bem vindos, sereis bem recebidos mas desde já vos peço e exijo: Tomai conta deste grande sindicato que é o SPGL! Não tendes outro remédio. Ousai exigir que vos sejam atribuídas as maiores responsabilidades. Ajudai-nos a combater esta característica das formas de poder e das instituições que é a de encontrarem sempre motivos para se manter o que está, para permanecer os que estão....

O rejuvenescimento do SPGL, e estou a falar nomeadamente da direcção do SPGL, é tarefa inadiável.

E se as minhas palavras primeiras foram para os recém chegados, justo é um agradecimento aos que agora deixam os corpos gerentes ou, ficando na direcção, deixam cargos executivos. Um agradecimento muito especial à Ana Carita que com tanto rigor e dedicação presidiu à Mesa da Assembleia Geral e através dela, a todos os que, na MAG, garantiram a clara transparência democrática do nosso funcionamento interno. Muito obrigada, Ana Carita.

Quero ainda aproveitar este momento para vos pedir uma enorme salva de palmas para o Óscar Soares, que, continuando embora na direcção, deixa a vice-presidência e os cargos executivos

pelos motivos de saúde que conheceis. Do Óscar se poderá em verdade dizer que respira sindicalismo. Atravessou os 35 anos do SPGL ora na direcção ora na oposição – passe o termo. Mas dele se dirá que esteve sempre, sempre, ao lado dos professores; mesmo quando tal exigiu que se confrontasse com as posições do seu Partido Socialista, como se verificou nomeadamente nestes últimos anos. Socialista sempre, sindicalista ainda mais que sempre! E sempre na primeira linha



do combate. Grande Óscar: que esse espírito de guerrilheiro sindical te acompanhe por muitos anos!

Caros camaradas, Sempre que uma direcção toma posse, e não só nos sindicatos, é proverbial e praticamente obrigatório dizer “ não vão ter tarefa fácil, vêm aí tempos difíceis” e semelhantes lapalissadas. Já que é tradição, assim será também desta vez.

Não teremos tarefa fácil porque vai ser necessário reconstruir a profissão docente, reganhar o prazer de ensinar e de educar, recuperar a alegria e o orgulho de ser professor, pois tudo isto a equipa de Lurdes Rodrigues tentou destruir e em grande parte – hélas! - o conseguiu

Não teremos tarefa fácil porque temos de continuar a combater pela revisão de um Estatuto de Carreira Docente - falo aqui do não superior – sabendo nós que o fazemos num período de grande crise económica e que o estreito economicismo foi o principal, senão mesmo o único, móbil que orientou a malfadada equipa que ainda nos inferniza a vida. Foi uma muito míope visão economicista que estruturou o ECD que nos foi imposto, nomeadamente





na divisão da carreira, na extensão dos horários de trabalho e na imposição administrativa de quotas de mérito no absurdo e perigoso logro do “processo de avaliação” que o ME tentou impor e que persistirá na nossa memória colectiva como uma das maiores fraudes e maiores mentiras alguma vez impostas à classe docente e ao país.

Não teremos tarefa fácil porque a instituição dos directores, em muitos casos, significará uma restrição da vivência democrática nas escolas, se bem que seja útil reconhecer que muitos são os agrupamentos e as escolas que trataram de eleger como directores colegas sérios, democratas e pedagogicamente competentes. A luta pelo regresso à gestão democrática não será tarefa fácil. Mas não desistiremos.

Não teremos tarefa fácil porque as nossas universidades e institutos politécnicos se confrontam com dramáticas dificuldades de financiamento, o que prejudica a sua qualidade e eficiência. E estamos à espera dos nossos camaradas eleitos – o João Cunha Serra e o M. Pereira dos Santos - que neste preciso momento se encontram reunidos com o ministro Mariano Gago, exigindo não só condições para o normal funcionamento das instituições mas também a estabilidade dos docentes e uma carreira estimulante e encorajadora.

Não teremos tarefa fácil porque os sindicatos - e também o SPGL - atravessam momentos difíceis no que respeita à sindicalização, às suas receitas e, no caso dos professores, a nova lei sindical ameaça funcionar como um garrote.

Não teremos tarefa fácil. Mas não desistiremos.

Permitam-me ainda duas ideias que acho importantes como linhas do trabalho que agora iniciámos. Uma delas é a necessidade de afirmar o SPGL como uma realidade própria, dentro dessa realidade colectiva que é FENPROF. A FENPROF é apenas uma federação de sindicatos que nela delegam um conjunto importante de funções. Afirmar o SPGL não

é afirmá-lo contra a FENPROF: é afirmá-lo na FENPROF. É ganhar autonomia de pensamento, de imagem, de organização e pôr essa autonomia ao serviço da luta dos professores e educadores.

Uma outra ideia que reputo essencial é a de não fecharmos os olhos ao que é novo, mas simultaneamente não considerar que tudo o que é novo é bom. A este propósito, é necessário reconhecer que os sindicatos, no terreno da mobilização, da informação e da formação de “opinião” se confrontam com realidades novas: o domínio da blogosfera e o domínio dos “movimentos”.

Os movimentos são, pela sua própria natureza, passageiros e fugazes: Vivem do momento. Essa é a sua força e ao mesmo tempo a sua fraqueza. Se recusarem a sua natureza “momentânea” tornam-se em associações ou em sindicatos e perdem o “encanto” romântico do desprendimento, do independentismo e da novidade “muito gira”. Se pretenderem – como por vezes parece - substituir-se aos sindicatos, negam-se como movimentos e enfraquecem a sociedade democrática. Porque uma sociedade democrática pode não ter movimentos, mas não se concebe sem sindicatos fortes. Contudo, sindicatos que não percebam que há hoje em dia novas formas de mobilização e de intervenção corporizadas nos movimentos de professores perdem capacidade de atingir camadas de professores e educadores que pelas mais variadas razões reagem negativamente ao discurso sindical mas são mobilizáveis para as lutas e para as grandes questões da Escola e da Educação. Filhos da blogosfera e da internet, e também de erros de mensagem cometidos pelos sindicatos, os movimentos são hoje uma realidade que o SPGL não quer contornar e com os quais conta para a mobilização dos docentes. Será certamente uma convergência difícil porque, sendo fugazes e inorgânicos, os movimentos tenderão para o irrealismo e para a radicalização fácil e insequente. Ou para o pessimismo paralisante. Os sindi-

catos são o presente e o futuro; da construção desse futuro faz parte o aproveitar a força, mesmo que momentânea e crítica, dos movimentos. Também esta convivência ao mesmo tempo conflitual e dinâmica não é tarefa fácil. Mas não desistiremos.

Caros camaradas,
Saímos de mais uma grande manifestação de professores e educadores. Como nas anteriores, a presença em massa do SPGL foi determinante para o seu sucesso. Mas pôs também nas nossas

mãos, nas mãos de todos nós, uma enorme responsabilidade: a de definirmos com rigor e audácia o que queremos atingir e a de organizarmos as lutas para tal necessárias. É certo que é muito difícil obter vitórias quando se tem pela frente um governo que ignora o que seja negociar. Mas convém não esquecer que a luta, por mais dura e heróica que seja, não é um fim em si mesmo. É apenas um instrumento para obtermos vitórias e sucessos. E bem precisamos de vitórias e sucessos. E é com a enorme confiança de

que saberemos assumir toda esta responsabilidade e com a certeza de que o SPGL continuará a ser uma força indispensável na construção de uma Escola Pública renovada e de uma profissão docente que nos torne a todos nós, professores, homens e mulheres felizes e profissionalmente realizados que quero terminar. Vamos ao trabalho!
Vivam os professores e educadores!
Viva o SPGL.
Vivam os sindicatos ■

Saudação de Mário Nogueira (excertos)

Secretário Geral da FENPROF



(...) Aos professores impõe-se (...) a enorme tarefa e responsabilidade de se envolverem empenhadamente nos trabalhos de reconstrução e de construção, e outro caminho não existe, se querem, desta vez sim, levar o barco a bom porto, que não seja o de se unirem cada vez mais em torno dos seus Sindicatos verdadeiramente representativos e, nesta grande região, outro não existe que não seja o SPGL. Já no todo nacional, como sabemos, a grande organização que representa os professores é a nossa Federação, a FENPROF, de que o SPGL é um dos seus pilares. Uma FENPROF que é respeitada, prestigiada e reconhecida como uma organização capaz de lutar muito, mas, com a mesma determinação, adoptar uma postura proponente, ou, com a mesma convicção, apelar à unidade e ajudar a unir... **e todos, mas todos, nesta FENPROF, têm contribuído, de igual forma, nesse sentido.**

(...) Essa solidariedade e esse respeito têm estado presentes no dia-a-dia da FENPROF e sido muito importantes para o nosso funcionamento colectivo e para que a FENPROF seja o que é, tenha chegado onde chegou, os seus Sindicatos se tenham mantido fortes e representativos, mesmo quando confrontados com ataques violentos, e continuem a ser uma referência para os professores das respectivas regiões. Pode discordar-se da direcção sindical, é legítimo e um direito que se reconhece a cada associado, não

se pode, nunca se pode discordar do Sindicato, pelo que fragilizá-lo, seja de que forma for – por exemplo, pela dessindicalização, pela divulgação pública de dificuldades que, sendo internas, não podem cair nas mãos de inimigos, ou pela acusação gratuita – é sempre um favor que se faz ao poder e um ataque que se desfere contra nós próprios, enquanto trabalhadores. Estou certo de que não abdicaremos de ser plurais, mas que nos mantemos unidos e, vaticino, saberemos construir a unidade toda. Reforço esta minha convicção no que li no vosso programa eleitoral “O SPGL continuará a empenhar-se, através da intervenção nos seus órgãos, na definição das linhas de intervenção sindical da FENPROF e no êxito das acções de luta desencadeadas. Fá-lo-á sempre na busca da unidade possível e necessária, mas numa unidade que não destrua as naturais diferenças entre os sindicatos que a constituem”. Nem poderia ser de outra forma, acrescento eu. Por outro lado, diz mais adiante o referido programa que “O SPGL continuará a empenhar-se nas acções da CGTP-IN em defesa dos direitos dos trabalhadores, bem como da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública na definição de estratégias para atingir objectivos comuns, articulando as lutas convergentes de modo a reforçarem a acção reivindicativa”. Sei que irá ser assim, pois tem sido desta forma que

o SPGL, o SPN, o SPRC, o SPZS, o SPM, o SPRA e, agora, até, o renascido SPE, têm estado na FENPROF... é por isso, que temos a FENPROF que temos, uma FENPROF que me orgulho de coordenar e representar. Num tempo tão importante como é este que vivemos, em que é preciso resistir, mas também reconstruir e fazer de novo, o papel dos Sindicatos, ao contrário do que alguma gente por aí dizia, cresce de importância. No plano nacional global, é, naturalmente, a CGTP-IN que ocupa o espaço central; na Educação, a FENPROF no todo nacional e cada Sindicato na sua região, são referências incontornáveis. Os professores acreditam nos seus Sindicatos e, por vezes, se mais asperamente os criticam é também por exagerarem na apreciação que fazem sobre o poder que temos e isso, mesmo quando parece injusto, enche-nos de responsabilidade. Estou certo, sei, que não desiludiremos aqueles que representamos. Nunca lhes viraremos as costas; nunca os deixaremos sem apoio; nunca iremos virar a cara à luta. Podemos não ganhar, mas também não sairemos derrotados, simplesmente porque nunca desistiremos, ou não soubéssemos que temos razão! Como reafirmámos no sábado passado, naquela grande lição que voltámos a dar ao Governo, a razão está do nosso lado e contra a força da razão não há outras forças que saiam ganhadoras... ■

Europa, Europa: para onde vais?

Joaquim Jorge Veiguiha

Em meados do ano passado, o Conselho de Ministros da União Europeia e o Parlamento Europeu aprovaram o alargamento para 18 meses do período de detenção de um imigrante indocumentado, apesar deste não ter cometido nenhum delito que justificasse este vergonhoso encarceramento sem culpa formada.

Em 14 de Maio de 2009, a Itália de Berlusconi, um dos máximos representantes do racismo e da xenofobia da “Velha Europa”, aprovou no Parlamento, por 297 votos a favor, 255 contra e 3 abstenções, uma lei que converte em criminosos os imigrantes clandestinos, chegando mesmo a proibir o registo dos bebés de quem chega em condições de grande fragilidade às costas italianas. Particularmente chocantes, aviltantes e vergonhosas foram as fotografias da revista francesa “Paris Match”, em que figuravam guardas fronteiriços italianos que usavam luvas de borracha e reprimiam à bastonada imigrantes líbios como quisessem “proteger-se” de um vírus ou de uma infecção propagada por estes seres fragilizados, antes de reenviá-los para o seu país de origem.

O que se está a passar em Itália já tem antecedentes. Basta pensar na destruição de um acampamento de ciganos em Nápoles por uma multidão xenófoba organizada pela Camorra e na proposta de lei do ministro do Interior Roberto Maroni que ordenava a recolha de impressões digitais das crianças ciganas. A isto acrescenta-se ainda a “sugestão” de Umberto Bossi, da Liga do Norte, de criar transportes públicos para italianos e imigrantes, reedição do regime de apartheid e discriminação racial que vigorava no Sul dos Estados Unidos antes do arranque do movimento pela igualdade civil liderado por Martin Luther

King. Em Pádua, cidade do norte de Itália, construiu-se ou tentou-se construir um muro para separar as zonas de residência dos imigrantes das dos italianos “puros de gema”. Em suma, Uma vergonha.

O silêncio cúmplice do Partido Democrático (PD) perante algumas destas medidas foi finalmente quebrado. Depois da demissão dessa patética figura política com o nome de Valter Veltroni, anterior líder do PD, Massimo d’Alema, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Romano Prodi, crítica e condena as medidas xenófobas e racistas de Bossi. As principais figuras do PD, finalmente despertas do letargo em que estavam submergidas quando Veltroni dirigia o partido, apressaram-se a apoiar as declarações do Presidente da República Giorgio Napolitano que teve a coragem de enfrentar o Governo de Berlusconi. Intervindo na conferência anual do Centro Europeu das fundações, o PR transalpino afirmou que “na Itália se está a difundir uma retórica pública que não hesita em incorporar sintomas de intolerância e xenofobia”, acrescentando que “nos nossos países as diferenças em termos de origens étnicas, religiosas e culturais aumentaram” e corre-se o risco “de que estas diferenças se transformem num factor de exclusão”, enquanto a União Europeia deve promover “políticas de inclusão social dos novos pobres” (La Repubblica, 15.05.09). O problema é que uma parte significativa da população italiana continua a apoiar Berlusconi e as suas políticas de imigração.

Em Portugal, a situação dos imigrantes está longe de atingir a gravidade do caso italiano. No entanto, o Governo parece ter cedido à chantagem das forças da direita europeia e nacional ao reduzir para metade a quota de entrada dos imigrantes estrangeiros em Portugal. Apesar dos sectores que

empregam grande parte da mão-de-obra imigrante terem registado um aumento do desemprego, o qual, no entanto, tem sido muito menor do que na vizinha Espanha em que o boom da construção civil foi em parte alimentado pelo trabalho precário e mal pago da força de trabalho imigrante, as quotas não constituem uma alternativa para resolver o problema do desemprego e da precariedade do trabalho no seio da comunidade imigrante. É urgente um esforço de legalização destes trabalhadores, de combate aos patrões sem escrúpulos que se servem da sua fragilidade e ausência de direitos e às redes de tráfico clandestino em cooperação com as autoridades da União Europeia, já que o problema não é exclusivamente nacional, mas transnacional. Em 2007, os imigrantes legais foram responsáveis por 6% do PIB português, constituíam 8% da população activa e uma das principais fontes da sustentabilidade da Segurança Social Pública, pois asseguram 9,7% dos nascimentos. Uma estimativa recente do Instituto Nacional de Estatística estipulava que com o desaparecimento dos imigrantes a população portuguesa cairia para os 8,2 milhões de habitantes (Público, 25.05.09). Isso implica que, mesmo com a permanência ou o aumento dos imigrantes já não pode haver mais pretextos para adiar a criação de novas formas de financiamento da Segurança Social que possam atenuar os efeitos do previsível envelhecimento das populações da União Europeia. Mas até lá, os imigrantes serão e continuarão a ser importantes parceiros na construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais diversa. Por isso, é necessário e urgente defender a sua inclusão social e combater a exclusão, o principal reservatório que alimenta o veneno da xenofobia e do racismo. ■

Manifestação de 30 de Maio Não houve duas sem três

Depois de 8 de Março e de 8 de Novembro de 2008 a data de 30 de Maio de 2009 ficou igualmente na história da luta dos professores por uma profissão digna e em defesa da escola pública.

A Manifestação que desceu a Avenida da Liberdade até aos Restauradores foi mais um marco na construção da unidade dos professores e educadores. Não saberemos nunca se fomos 70 000, 80 000 ou menos como alguns aventaram. Mas não temos dúvida alguma que estavam ali, novamente, a maioria dos docentes de Portugal.

Factos que cremos incontestáveis – todos ali estavam contra a política deste governo para a Educação; todos ali estavam contra um modelo injusto de avaliação do desempenho dos professores; todos ali estavam contra a divisão da carreira docente em duas categorias; todos ali estavam contra horários de trabalho injustos e desadequados.

Solidariamente, contra ventos e marés, vieram de todo o país com uma determinação inquestionável de prosseguir esta luta que vai longa mas da qual não desistimos porque sabemos que está em causa o futuro da Educação em Portugal. Sem professores respeitados não há escola pública que resista.

O SPGL, mais uma vez, correspondeu plenamente ao apelo. Foram muitos milhares os docentes da área de Lisboa que estiveram presentes e pintaram de branco e vermelho a baixa de Lisboa.



Greve de 26 de Maio

No âmbito da Plataforma Sindical dos Professores decidiu-se realizar uma greve no dia 26 de Maio. Honestamente, temos de reconhecer que teve uma adesão muito pequena na área do SPGL como, de resto, em todo o país. Tendo sido uma forma de garantir a unidade no seio da Plataforma esta greve não foi assumida como resultado da auscultação aos professores porque de facto assim não foi. E quando se decidem formas de luta sem ter em conta a vontade dos próprios o resultado é, com toda a probabilidade, um desastre. Só não o foi totalmente porque se conseguiu colocar na *opinião publicada* a luta dos professores e criar uma dinâmica de mobilização para a grande manifestação, que, essa sim, tinha sido apontada pela maioria dos professores e educadores consultados como a forma adequada de continuar a luta. E aí a conversa foi outra! ■

Da moção aprovada destacamos:

“Os professores e os educadores, porque amam a escola e a sua profissão, não desistiram. Nem vão desistir! Exigem, ainda, do Ministério da Educação uma atitude séria no que respeita às negociações calendarizadas para o mês de Junho em torno das alterações a introduzir no ECD, na definição de regras para os horários do próximo ano lectivo e da substituição deste modelo de avaliação de desempenho, por um outro que seja justo, coerente, e pedagogicamente útil. E não deixarão, pelas formas democraticamente previstas, de alertar os candidatos a deputados e, portanto, à

constituição do próximo governo para a urgência de uma mudança radical na política educativa, que, com os professores e educadores, se lance na gigantesca tarefa da (re)construção de uma Escola Pública de Qualidade para Todos – porque essa Escola é uma “pedra de toque” de uma sociedade mais justa.

O futuro constrói-se com os professores e não contra os professores. O futuro somos nós, os que não desistimos, os que exigimos respeito, os que apostamos na dignidade da nossa profissão, na qualidade da Escola Pública e num futuro de sucesso para todas as crianças e jovens.”



Da intervenção de Mário Nogueira, em nome de toda a Plataforma Sindical dos Professores destacamos a parte final:

“Finalmente hoje, aqui nesta Avenida de seu nome Liberdade, pretendemos dizer adeus, porque nos queremos ver livres, às actuais políticas educativas e a quem, no Ministério da Educação, lhes dá rosto e as protagoniza. Queremos dizer adeus a um período tão negro da história da Educação em Portugal, queremos saudar quantos, pela sua presença, pela sua luta, pela sua entrega, pelo seu profissionalismo, pela sua persistência, pelas suas propostas, pela sua dignidade, merecem ser saudados, merecem ser reconhecidos, merecem ser considerados: Bem Hajam os Professores e Educadores Portugueses!

Está prestes a encerrar um ciclo, um importante ciclo de lutas. Outro se abrirá, a seguir, que terá de ser de reconstrução. Estaremos cá para essa reconstrução, com propostas, disponibilidade negocial, mas, também, com acção e luta... ninguém duvide de que o futuro se constrói com os professores e educadores e de que estes, porque amam a escola e a profissão, nunca irão desistir!” ■



Quadros de Nomeação e Contratos de Trabalho em Funções Públicas

Durante o passado mês de Maio um conjunto de escolas iniciou os procedimentos previstos na Lei nº 12-A/2008, nomeadamente a publicação de listas de docentes (“mapas de pessoal docente”) informando-os da sua transição para o regime de contrato de trabalho em funções públicas. Na prática, extinguiu os Quadros de Nomeação Definitiva dos docentes e transferia-os para o regime de contrato.

O SPGL e a FENPROF alertaram de imediato os colegas para recorrerem desta situação de legalidade duvidosa e, com data de 9 de Maio, surge um ofício proveniente do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, a mandar que “com urgência, sejam tais agrupamentos e escolas não agrupadas informados que, até novas orientações, devem suspender tais procedimentos”. Interessante ainda o início do referido ofício, dirigido às Direcções Regionais de Educação, já que refere que tomaram conhecimento de tais procedimentos “no âmbito da interposição de recursos hierárquicos”. Não querendo entrar em processos de intenção, registamos que o ME aparentemente desconhecia o que (algumas?) escolas estavam a fazer e que só através das reclamações dos docentes, alertados pelo SPGL e pelos restantes sindicatos da FENPROF, tomou conhecimento do que se estava a passar. Benditas reclamações!

Há exactamente um ano (em Maio de 2008) a Ministra da Educação garantia, sem que ninguém lho tivesse perguntado, que o ECD, que os sindicatos consideravam (e consideram) muito mau, nos iria livrar da transição para este regime de contratos em funções públicas. Um ano depois não deixámos de assinalar esta infeliz contradição quando uma escola após outra começou com os procedimentos de transição.

Cremos que a rapidez da denúncia desta situação foi importante para o desfecho deste processo. Mas, atenção, as exactas palavras que estão no tal ofício são realmente “suspensão até novas ordens”. Ainda nada está resolvido. Continuaremos atentos relativamente à aplicação deste quadro legal e na próxima edição desta revista contaremos com a colaboração da jurista do SPGL e da FENPROF, Dra. Fátima Anjos para o esclarecimento cabal do quadro legal aplicável aos docentes. ■

Luta dos docentes do Ensino Superior Universitário e Politécnico

Concentração junto da Assembleia da República por uma transição justa e por um vínculo estável



No âmbito da luta dos docentes do Ensino Superior Universitário e Politécnico por uma transição justa e por um vínculo estável em torno da revisão do Estatuto da Carreira Docente Universitária e Politécnica (ECDU e ECDESP), teve lugar, no dia 3 de Junho, uma expressiva manifestação de mais de 500 docentes do Ensino Superior junto da Assembleia da República, onde foi aprovada por unanimidade uma moção subscrita pela FENPROF e pelo SNESUP (ver moção em: www.fenprof.pt/superior).

Estes 500 colegas foram expressar a vontade de classe dos docentes do Ensino Superior, manifestar a sua indignação e lutar pelos seus direitos, pela sua dignidade profissional, por um Ensino Superior de qualidade e pelo seu futuro como profissionais e cidadãos.

Tornados públicos os projectos de revisão do EDCU e do ECDESP, a FENPROF tem-se batido por alterações substantivas na revisão do EDCU e do ECDESP que, sem deixarem de

ser pautadas por critérios de exigência e transparência, têm como preocupação central a redução da precariedade e a defesa da estabilidade laboral dos docentes do Ensino Superior que vêm preenchendo necessidades permanentes nas instituições. Neste sentido a FENPROF tem combinado a defesa de princípios na mesa de negociação com outras formas de luta levadas a cabo por iniciativa dos docentes, da FENPROF ou em articulação com o SNESUP (reuniões locais, regionais e nacionais).

A FENPROF e o SNESUP, através dos seus respectivos coordenadores, João Cunha Serra e Gonçalo Xufre, entregaram a moção aprovada a representantes dos partidos com assento na Assembleia da República que se mostraram sensibilizados com as preocupações e reivindicações dos docentes do Ensino Superior, tendo alguns inclusive manifestado a intenção de vir a solicitar a apreciação parlamentar de ambos os projectos.

Vale sempre a pena lutar. A FENPROF considera que não estão esgotadas as

possibilidades de negociação e de outras formas de luta pela alteração das propostas mais gravosas designadamente no que concerne o regime transitório de docentes de ambos os sectores, em particular do Politécnico, a não aplicação do regime de *tenure* aos professores auxiliares e adjuntos, a precariedade e a instabilidade dos leitores, as normas relativas ao serviço docente e avaliação de desempenho deixadas a regulamentos eventualmente discricionários.

Apelando à manutenção do espírito de luta e de unidade, a FENPROF tem uma palavra de reconhecimento a todos os que se envolveram nesta jornada de luta e estende a saudação a todos os docentes que têm dignificado a classe e as instituições nas suas diversas actividades de docência, investigação, gestão e serviço à comunidade e ao país.

Pelo Secretariado Nacional da FENPROF
João Cunha Serra
Coordenador do Departamento do Ensino Superior e da Investigação



Casa Pia

Injustificação de falta dada ao abrigo da Lei Sindical

A Casa Pia de Lisboa é uma Instituição que engloba seis Estabelecimentos de Ensino, cujo Ministério de Tutela não é o Ministério da Educação, mas o Ministério do Emprego e Segurança Social, o que lhe dá alguma margem de manobra para a aplicação da legislação geral, adoptando-a à sua especificidade própria, decorrente de lidar com crianças em situação de risco.

Essa possibilidade, o relativamente alto índice de sindicalização no SPGL e uma acção sindical interventiva, estão na base duma vida sindical com apreciável dinamismo, sendo prática regular a realização de reuniões de trabalho dos delegados e dirigentes sindicais com a Direcção da Casa Pia e a nível de cada estabelecimento com o respectivo Director.

Este trabalho tem sido feito num clima cordial, pesem embora naturais diferenças de posição que existem entre a estrutura sindical e a Direcção da Casa Pia, e alguma margem de atrito existente a nível de alguns estabelecimentos. Esse clima de trabalho, assente de alguma forma no respeito mútuo e no reconhecimento da legalidade de intervenção sindical e também das vantagens dum diálogo social alargado, corre o risco de ser neste momento posto em causa pela injustificação pelo Director do Colégio Pina Manique duma falta dada por uma delegada sindical quando ... esteve numa reunião de trabalho com a Direcção da Casa Pia – o

que é inaceitável e consubstancia um lamentável ataque não só aos direitos sindicais, mas ao espírito correcto com que a intervenção sindical se tem desenvolvido na Casa Pia.

De facto, a reunião em que a Delegada Sindical de Pina Manique participou em 25 de Março foi realizada com elementos da Direcção da Casa Pia, nomeadamente o seu Vice-Presidente e a falta foi dada a duas reuniões de avaliação cujo horário fora alterado, passando a coincidir com o dessa reunião.

A injustificação suporta-se numa leitura restritiva da lei em vigor no que respeita a faltas a reuniões de avaliação que só poderiam ser justificadas por atestado médico.

Tal não é ético e não é exequível em termos práticos neste caso, pois, a delegada à hora em que faltou estava notoriamente de saúde na reunião da Direcção da Casa Pia.

Injustificar uma falta da delegada sindical nestas condições, é um acto de hostilidade e de confronto com o SPGL e não só, pondo em causa o livre exercício da actividade sindical. A Direcção

do SPGL agiu em conformidade e apresentou um recurso à Direcção da Casa Pia de que passado que é um mês ainda não recebeu resposta. Decidiu ainda a Direcção do SPGL accionar o Fundo de Solidariedade do SPGL, no sentido de evitar que a Delegada Sindical em causa seja prejudicada financeiramente e patrocinou a elaboração e circulação dum abaixo-assinado de apoio à referida delegada sindical e de repúdio pela actuação do Director de Pina Manique e pela incapacidade da Direcção da Casa Pia de resolver o problema.

Caso necessário a Direcção do Sindicato reserva-se o direito de generalizar às outras escolas uma tomada de posição e eventualmente apelar ao Ministério da Tutela e à Assembleia da República através da sua Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Os direitos sindicais devem ser defendidos!!

A delegada sindical do Colégio Pina Manique terá o apoio de que necessitar!! ■

A Direcção

V Conferência sobre IGUALDADE entre Mulheres e Homens

A V Conferência, realizada em Lisboa, a 22 de Maio, sob o lema "Agir em Igualdade, Lutar para Mudar", à semelhança das anteriores, constituiu um momento marcante da organização sindical das mulheres trabalhadoras, reafirmando o compromisso de acção da CGTP-IN na luta e defesa pela igualdade de género



Nesta Conferência foi eleita a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens para o próximo quadriénio, da qual faz parte a nossa camarada Helena Gonçalves. Foi ainda analisada a situação social e laboral das mulheres trabalhadoras, discutidos os seus problemas específicos, resultantes do contexto social existente e aprovada a estratégia de acção do Movimento Sindical Unitário para a resolução destes problemas.

A CGTP-IN e os seus sindicatos apelam assim aos/às trabalhadores/as, em geral, para lutarem e combaterem a discriminação das mulheres criando condições para a efectivação da igualdade de direitos entre mulheres e homens no trabalho, na vida e na sociedade.

Temos muitas razões para nos envolvermos neste tipo de trabalho

As questões mais frequentes com que nos confrontamos são as que a seguir enunciámos. Temos de tomar consciência da realidade e agir em conjunto, já que estes direitos levaram muito tempo a serem conquistados, foram conquistados com muitas lutas e a sua existência nos torna mais humanos e mais felizes.

- O não cumprimento das horas destinadas à licença de aleitação ou amamentação - A Escola continua a desrespeitar a legislação sobre a aleitação ou amamentação, marca a licença de amamentação/aleitação, tendo em conta os interesses da própria escola. O legislador, ao con-

sagrar esta dispensa para amamentação/aleitação, teve como princípio orientador e prioritário o bem-estar da criança lactante, pelo que os seus direitos não devem ser afectados pelos interesses das respectivas entidades empregadoras. A colocação de mais professores só vai sendo feita, após as pressões exercidas, ou pela denúncia.

- Em algumas escolas, não permitem que as docentes gozem as respectivas férias logo após a licença de maternidade. O mesmo se passa com as docentes contratadas, quando cessam o seu contrato de trabalho sem terem gozado as férias.

- No Ensino Superior, Público e Privado, Universitário e Politécnico, a Lei da Maternidade dificilmente é aplicada e cumprida, mais concretamente no caso das docentes com contratos precários, na medida em que as instituições não dispõem dos meios humanos necessários e suficientes para assegurar a substituição das docentes que pretendam exercer a licença de maternidade, tal como a lei prevê. O caso concreto das docentes com contratos precários é mais grave na medida em que, para o exercício desse direito, deveria ser assegurada a prorrogação dos prazos para entrega de dissertação ou de tese de doutoramento o que dependerá casuisticamente da capacidade negocial e da apreciação discricionária dos órgãos de cada instituição, já que esta prorrogação não está prevista nos estatutos das carreiras.

- No ensino particular ou solidário, têm surgido situações de despedimento de trabalhadoras grávidas.

- Atribuição de horário nocturno, nome-

adamente, a docentes que tenham filhos menores e que estejam colocadas longe da sua residência.

- Com as sucessivas alterações do estatuto da carreira docente, os/as docentes têm vindo a perder tempo para estar com a sua família, uma vez que passam demasiado tempo na escola e muito do tempo de casa é para a execução do trabalho que levam para casa, restando pouco para a sua vida pessoal, particular e familiar.

- Existem algumas situações relativamente ao recurso às faltas para assistência a familiares, nomeadamente no ensino particular ou solidário.

- É necessário que haja legislação especial para pais que tenham filhos com deficiência ou portadores de doença crónica, uma vez que necessitam de um acompanhamento contínuo dos pais. A lei existente é insuficiente para dar resposta às necessidades destas famílias que, devido à falta de legislação, não conseguem fazer o respectivo acompanhamento dos seus filhos.

- Têm surgido, ultimamente, no ensino particular ou solidário, instituições que não aceitam Educadores de Infância do sexo masculino, contrariando o princípio da igualdade previsto no art. 13 da Constituição da República Portuguesa.

- A Inspeção-Geral da Educação (IGE) deveria ter uma intervenção activa junto das escolas, em caso de violação dos direitos da maternidade/paternidade, particularmente ao desrespeito dos direitos essenciais da licença de maternidade, constitucionalmente consagrados. ■

Trajectos Passados Projectos Futuros



Luís Viana
DIRECÇÃO DO SPGL

A Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo é uma das duas escolas secundárias existentes em Loures, na periferia de Lisboa. Cumpre agora um quarto de século de existência. Produto da fase de alargamento da escolaridade obrigatória, a construção evidencia com clareza a falência do compromisso precário entre as exigências da quantidade e da qualidade do produto final. Também as rotinas de trabalho nas escolas se têm alterado de modo drástico, e as sucessivas alterações e remendos, sempre à medida de orçamentos estreitos, de modo algum têm permitido uma resposta cabal. Enfim,

prevê-se que a escola seja submetida, a breve trecho, a um profundo processo de remodelação, incluída na actual vaga de “requalificações”.

Também uma parte significativa dos colegas que lançaram e mantiveram a vida e a chama da escola vão, um após outro, partindo para outra fase das suas vidas. A mescla de sentimentos que se cruzam actualmente nesta escola - como noutras, de resto - é complexa. No caso, a nostalgia de um entusiasmo e uma entrega sem grelhas nem relatórios será talvez dominante na iniciativa a que se pretende dar merecida visibilidade, uma mostra de trabalhos produzidos pelos alunos da escola ao longo de todos estes anos.

Essa mostra pretende cobrir um percurso de 25 anos da vertente artística da actividade da escola. Trabalhos, autenticamente desenterrados da poeira dos sótãos, voltaram à merecida luz da ribalta, trazidos por

ex-alunos convertidos em pais e mães de bebé ao colo e lágrima no canto do olho. É o que sucede, desde 16 de Maio, no antigo Pavilhão de Macau, instalado no Parque da Cidade, em Loures. O texto de apresentação que acolhe os visitantes dispensa mais comentários:

“Esta exposição é dedicada a todos os alunos que, ao longo de vinte e cinco anos, participaram de uma forma activa em projectos e eventos na área das artes visuais e contribuíram para que esta escola se tornasse num laboratório de pesquisa de diversos saberes.

Foi preocupação constante a promoção de iniciativas que, desde muito cedo, contribuíram para estimular e reforçar os valores da identidade cultural e patrimonial, da solidariedade do desenvolvimento e a sensibilização para os valores ambientais, da autonomia e do sentido estético social e crítico.” ■

Sementes de Música para bebés e crianças

Ana Ferrão, docente aposentada da ESE de Lisboa, e que *tem dedicado a sua vida à música, ao ensino, à partilha do Belo* como é referido na apresentação da sessão de 16 de Abril das “Conversas ao fim da tarde...” organizadas pelo Departamento do Ensino Superior e Investigação do SPGL, fala-nos aqui, na primeira pessoa, do papel da música na vida e na educação das crianças, da sua muito rica experiência na área, e da concretização de projectos como o de um livro com CD, já editados, *fruto da experiência acumulada.*

Passei longos anos a ensinar música a crianças e a formar, nessa área, educadores e professores. Por vocação. Ao aposentar-me da Escola Superior de Educação de Lisboa, senti vontade de publicar um livro que fosse o fruto da experiência acumulada durante tanto tempo. Considerei ainda importante complementá-lo com um CD já que se destinava a bebés e crianças e, assim, o livro podia “escutar-se”. Por outro lado, como se destinava também a um público que nem sempre domina o código escrito da música – educadores de infância e famílias – o CD permitirá uma aprendizagem do repertório.

A concretização de um sonho

Para concretizar esse sonho, desafiei um antigo aluno, Paulo Ferreira Rodrigues, a realizá-lo comigo. Sabia que ele partilhava da mesma paixão pela pedagogia, o mundo da infância e a arte dos sons. Que tinha a mesma visão sobre o que pode ser a abordagem dos mais pequeninos à música; e conhecia o seu sentido poético, o seu rigor científico

e a sua maturidade pouco comum para quem é ainda tão jovem.

A nossa sintonia contribuiu para o equilíbrio da obra: decidimos da sua estrutura, da selecção do repertório, da escolha da ilustradora e dos músicos de forma tão natural como se tratasse de um rio que mansamente segue o seu curso em direcção ao mar.

Quando a sonhámos, o nosso intuito era fazer com que ela desse vontade aos adultos de envolver os bebés e as crianças nos tecidos da beleza e da sensibilidade musical.



Sei que há bons livros e CDs destinados ao mundo da infância, como, também, outros que deixam muito a desejar. Então pensávamos como iriam reagir a uma proposta que para muitos poderia ser diferente do que lhes era familiar, por exemplo, a nível do repertório que seleccionámos, das sugestões que apresentámos, dos instrumentos musicais que utilizámos.

Ao começar a ter ecos, senti uma profunda alegria. Pais contaram-nos como os seus bebés se mostravam receptivos ao escutar o CD (“elegendo” as suas faixas preferidas). Familiares relataram-nos como os mais crescidinhos pediam para ouvir o CD na “hora de ir para a cama” ou quando viajavam de automóvel. Muitos profissionais de educação disseram-nos ainda da boa adesão das crianças às sugestões de actividades baseadas no repertório do livro.

Em seis meses esgotou-se a primeira edição, de 5.000 exemplares. A segunda edição já está nas livrarias desde Dezembro e, durante meses, o “Sementes de Música” esteve na lista dos dez livros mais vendidos na Fundação Calouste Gulbenkian.

Quem sabe se, mesmo modestamente, estejamos a contribuir um pouco para a construção de um melhor mundo para a infância: um mundo que dê mais espaço aos afectos e às emoções e vontade aos adultos de dedicar mais tempo às crianças, investindo no desenvolvimento do seu sentido artístico e do seu gosto pela música.

Haverá uma música para bebés?

Pode-se considerar que há vários tipos de música que são mais direccionadas para bebés, tal como as canções de embalo, feitas para os acalmar e adormecer. Curiosamente, ao analisar os seus textos, constata-se que, com frequência, a mãe fazia do bebé o seu confidente. Há inúmeras canções de embalar que são verdadeiros desabafos dos sentimentos mais diversos, como a preocupação, a mágoa, o desejo, a esperança, o amor...

Também as canções de mímica são extremamente atractivas para os pequeninos: talvez porque os gestos que as acompanham são um reforço da linguagem verbal (que nessas idades ainda não dominam), permitindo-lhes

uma reacção à música através de uma linguagem mimética. Por outro lado, há muitos outros géneros de canções que, ainda que o bebé não seja capaz de cantar, pode escutar e encantar-se.

Mas o universo musical não é só composto de canções! Em minha opinião, toda a música pode ser vivenciada pelo bebé, pela criança. Cada um a selecciona conforme os seus próprios gostos e tendências culturais.

Os bebés vêm ao mundo predispostos para o contacto social e vivem no meio dos adultos. Ouvem música com imensa frequência, em casa, nas creches e jardins de infância, até nos centros comerciais... e absorvem tudo o que escutam.

Daí ser tão importante, na medida do possível, que familiares e profissionais de educação estejam atentos ao ambiente musical das crianças e procurem proporcionar-lhes música de QUALIDADE, seja de que género for. Ao dar-lhes a escutar, tal como ao executá-la, devem usar toda a sua sensibilidade quando cantam, assim como evitar oferecer-lhes brinquedos sonoros ruidosos... Parecem coisas muito simples, mas são factores que influenciam o conceito que os pequeninos vão formando sobre o que é a música enquanto arte.

Concertos para bebés. Uma moda?

Hoje em dia já há muita informação disponível sobre estádios de desenvolvimento, necessidades e interesses dos bebés e muitos pais preocupados em dar o melhor aos seus filhos. Quero acreditar que os concertos para bebés não serão uma moda.

A música vale por si própria, mas, pelas suas características, pode também ser um contributo muito rico no domínio dos afectos, da vinculação. Uma vez assisti, precisamente num *workshop* de música para bebés, a um episódio muito interessante: cada qual vinha acompanhado por um adulto. Vi chegar um pai que poderia descrever como um “homenzarrão”, com um bebé pequeníssimo ao colo. Pegava e interagía com ele com uma delicadeza comovente, seguindo as propostas do orientador. Era o amor tornado visível. É muito provável que, dada a sua tenra idade, o bebé não se recorde do que ali



“O tempo de ser criança não volta a acontecer – esse tempo fugaz deveria ser sempre aproveitado, porque uma oportunidade de desenvolvimento desperdiçada é como a flor de uma árvore arrancada pelo vento e não cumprida na promessa de fruto”

se passou. Mas talvez, misteriosamente, algo vá ficar no seu subconsciente das vivências e descobertas passadas naquela manhã de música e ternura.

Iniciação à música – o mais cedo possível

O pedagogo Edgar Willems afirmava que a iniciação musical de uma criança deve começar quando esta ainda está no ventre materno.

Investigações recentes sobre o desenvolvimento humano chamam a atenção para a importância dos três primeiros anos de vida e indicam que as experiências precoces têm um impacto decisivo no desabrochar das capacidades da criança.

Partilho pois da opinião de que a iniciação à música se deve fazer o mais cedo possível. Não para ser “ensinada”, mas para “colocar dentro” do bebé e da criança a semente do BEM que é a música e a seu tempo frutificará.

Uma vez, durante as nossas longas sessões de trabalho, o Paulo me disse a esse respeito: “O tempo de ser criança não volta a acontecer – esse tempo fugaz deveria ser sempre aproveitado, porque uma oportunidade de desenvolvimento desperdiçada é como a flor de uma árvore arrancada pelo vento e não cumprida na promessa de fruto”. Penso que esta é uma boa frase para terminar. ■

Ópera infantil

Brundibar

A ópera infantil *Brundibar*, que teve a sua estreia no S. Jorge, em Lisboa, é o culminar do trabalho de um ano do Atelier Musical da Escola de Música do Conservatório Nacional, que envolve crianças entre os 6 e os 12 anos e respectivos professores.

De como surgiu a ideia desta ópera e do trabalho desenvolvido, das alegrias e percalços que o acompanharam, fala-nos aqui Bruno Cochat, professor de expressão dramática, responsável pela encenação e pela coreografia. Uma entrevista em que ressalta o estreito vínculo entre conhecer e gostar, entre arte e paixão.

Entrevista com Bruno Cochat

“Uma das coisas mais importantes no ensino artístico é a paixão”

EI – Como é que se desenvolveu o trabalho até chegar à representação da *Brundibar*?

Bruno Cochat - Antes do mais, é preciso falar um pouco do Atelier Musical, que temos vindo a desenvolver há alguns anos, e que reúne três disciplinas – coro, expressão dramática e orquestra. Paralelamente os nossos alunos estudam os instrumentos e a formação musical e tudo o mais. Mas é neste *atelier* que tentamos funcionar como um todo. Ou seja – o músico completo.

Que estuda musicalmente aquilo que vai cantar no coro, estuda na orquestra aquilo que vai tocar, e na expressão dramática conhece aquilo que vai representar ou que vai cantar.

Em meu entender, a expressão dramática é o que explica o que é que estamos a fazer. E como eu costumo dizer, não se pode gostar de uma coisa que não se conhece. Por exemplo – a Matemática. Ninguém gosta de Matemática porque o nível da Matemática em Portugal é muito baixo. Nunca a chegam a conhe-

cer e portanto não chegam a gostar dela. E aqui nós trabalhamos essencialmente com alunos que cá estão por amor. O ensino artístico não é coisa que se possa fazer por obrigação ou por vontade de outrem. Ou já se gosta ou se aprende a gostar. E depois então se vai um pouco mais longe. É nesse sentido que trabalhamos na expressão dramática. Um trabalho que se desdobra em duas fases.

Falemos então dessas fases.

A primeira é de um ensino mais variado. Os miúdos fazem jogos dramáticos, jogos sensoriais, jogos de equipa. Trabalhamos muito, muito, o espírito de grupo, que é muito importante. E depois trabalhamos tudo que nas outras classes não é possível trabalhar. Ou seja – num coro os alunos têm o seu lugar. Na orquestra também – as cordas não estão ao pé da repercussão ... E na expressão dramática é onde essas regras se quebram.

E depois há uma fase em que os professores escolhem uma peça para trabalhar até ao final do ano lectivo.

No Atelier Musical, os meninos trabalham semanalmente as três disciplinas. E, na expressão dramática, o que nós fazemos é ir descobrindo a peça com os alunos. Que peça é que é, por quem é que foi escrita, o que é que ela nos tenta dizer. Vamos do geral para o micro. Começamos primeiro pelo todo e depois vamos especificando até à frase, aos pormenores.

Este ano foi escolhida a *Brundibar*. Que é uma peça riquíssima.

Como foi descoberta?

Esta peça foi feita no Porto em 2001. E um professor desta escola viu o texto e propô-la para aqui.

Daí para a frente, foi começar o nosso trabalho de investigação.

Os professores da área musical, em termos musicais. Que versões existem; se há uma versão portuguesa ou não. (Nós preferimos sempre trabalhar as versões portuguesas. É também um assunto que se discute na escola – se vale a pena fazer a versão original ou a versão portuguesa. Eu sou muito defensor da versão portuguesa, se for boa. Se não for boa podemos melhorá-la até ficar suficien-

temente boa.)

Depois tratou-se de investigar o momento histórico. No caso da *Brundibar* descobrimos algum material. Obviamente que nós aqui na escola não temos os meios para fazer a investigação que gostaríamos. Por exemplo: realizar uma série de debates, trazer um ou dois dos sobreviventes cá a Portugal, fazer sessões que envolvessem outras escolas. Mas, ainda assim, tudo foi trabalhado com os alunos ao máximo do pormenor.

Começámos por descobrir um documentário, da televisão americana CBS, e a versão portuguesa da SIC Notícias (que é projectada no início do espectáculo). E decidimos logo – os meninos têm que ver isto. Começámos então a trabalhar com os miúdos.

Esta peça foi escrita em 1938, e depois, em 1942, foi a sua apresentação mais emblemática, perante uma delegação da Cruz Vermelha no campo de concentração de Theresienstadt. Aborda temas que, para os meninos, não são assim tão conhecidos. Ou seja – vagamente já tinham ouvido falar da 2ª guerra, já ouviram falar do Hitler, já ouviram falar da Anne Frank. Mas não conseguem ligar estes diferentes pontos. Não percebem o que historicamente está a acontecer.

Portanto, começámos a trabalhar com os meninos.

Com os mais novos, de 6 anos, não fiz um trabalho tão profundo, não viram o documentário (não o viram porque não tinham ideia nenhuma), perceberam só que havia um homem, que existiu de facto, que era mau, que matava as pessoas que tinham convicções diferentes das dele e que foram muitas, e que as mandava para a prisão (isso para eles já é familiar, já dá para entenderem).

Com os meninos mais crescidos fomos trabalhando passo a passo. A primeira parte foi ver o documentário e fazer um desenho sobre o que tinham visto. E surgiram desenhos muito interessantes, muito arrepiantes mas muito interessantes – imagens de campos de concentração, do próprio Hitler. Seguidamente foi mergulhar na peça *Brundibar*, compreendê-la. E depois fomos trabalhando as cenas uma a uma. Por exemplo, na cena do mercado. Há

as crianças que vão às compras. E depois vê-se um homem a tocar realejo e pessoas a darem-lhe dinheiro. A personagem do marinheiro, a personagem do padeiro.

Isto é muito interessante, porque os meninos apropriam-se do espectáculo. Eles conhecem-no – o espectáculo é deles. Interiorizam a história. Isso é muito importante.

Gerou-se, entretanto, alguma polémica em torno desta peça e do seu tema. Que aconteceu, de facto?

Espantosamente este tema levantou de facto polémica.

É óbvio que não é o tema mais agradável do mundo... - sabemos que não é. Mas faz parte da nossa história, quer queiramos quer não. E continuo a pensar que a melhor maneira de resolvermos um problema não é ignorá-lo. Muito embora esse problema não tenha solução agora – porque aconteceu e nada se pode fazer. Mas falar dele ajuda-nos e é bom aprender com os erros dos outros. E, se calhar, quanto mais falarmos do que se passou menores são as possibilidades de alguma vez se repetir. Aquelas crianças viveram-no e eram crianças iguaizinhas às nossas.

Mas, espantosamente, como eu ia a dizer, houve uma certa reacção da parte de alguns pais. Muito rapidamente – e isso é uma coisa que agora também se faz com alguma facilidade – esses pais (estou a falar, num universo de 900 alunos, de pais de 4 ou 5) chamaram os professores, para uma conversa de urgência, e disseram estar chocadíssimos com o facto de termos abordado tal tema com as crianças, que era perfeitamente chocante, que não queriam que os seus filhos soubessem, em circunstância alguma, que o homem poderia ser um bicho tão perverso, e que eles próprios, como adultos, o tentavam ignorar.

Entretanto, em relação à ideia desta peça, tivemos sempre o apoio da escola e da sua direcção, no sentido de confiar nos professores e no trabalho que estávamos a fazer. Já tínhamos uma declaração a dizer que o programa não tinha nenhuma faixa etária recomendada. Nem cá nem nos Estados Unidos (e eles até são mais exigentes com essas



coisas do que nós). Que o programa era meramente factual e informativo e que não tinha qualquer tipo de imagens que pudessem ser censuradas. E mais – que passa num canal público, a horas a que qualquer criança poderia ver aquilo. Já para não falar na internet, que foi onde eu vi a primeira vez o documentário. E os nossos alunos, quando vão trabalhar uma peça, também vão à internet.

Inclusivamente esses pais chegaram a dizer que os nossos meninos, por serem portugueses, não tinham nada a ver com aquilo, porque felizmente morreram poucos portugueses, ou nenhuns, na 2ª guerra. Como se a dor dos outros fosse menos grave do que a nossa. Ser uma criança da República Checa ou de Portugal, é igual.

Soubemos posteriormente que alguns pais, não sei se os mesmos se outros, procuraram um advogado para mover uma acção contra a escola. Ao que sei, não encontraram advogado que quisesse fazer isso.

E como é que os meninos reagiram, como é que se foram apropriando da peça? Calculo que para eles estas questões não se colocaram.

Não, não se colocaram. Nós trabalhamos todas as peças. No meu entender, todas as histórias, mesmo que sejam fábulas, devem ser explicadas aos meninos e contextualizadas. Esta forma de trabalharmos leva a que os miúdos entrem logo no debate das coisas. Começam logo a gostar, começam logo a entender, começam logo a fazer propostas, começam logo a envolver-se. Este ano inclusivamente fizeram os cartazes do espectáculo. Eles adoram o seu trabalho. Acho que isso é importantíssimo.

Nem todos os nossos alunos irão ser músicos. Mas esta formação, e este interesse, e este envolvimento por um assunto, dá-lhes, para já, a percepção de que tudo funciona ou deve funcionar como um todo. Eu costumo dizer-lhes que um espectáculo é como uma locomotiva – não há um parafuso mais importante do que outro. Todos fazemos parte daquele todo e todos somos importantes naquele todo. Penso que isso lhes dá uma nova perspectiva de perceber este todo e de perceber que não se pode ficar só pela rama. E eu muitas vezes vejo isso nos mais variados campos – na dança, na música, no teatro. E

espero que, a estes alunos, esta nossa forma de trabalhar lhes abra a perspectiva de que é sempre preciso conhecer aquilo que se está a fazer.

Lembro-me que quando andava a estudar só comecei a perceber e a gostar de história, por exemplo, quando conseguimos cruzar a história com a história da arte. Porque até aí falavam-nos de romanos, de gregos, como se não tivessem nada a ver uns com os outros. E isso não nos dá bons hábitos de raciocínio. Porque descontextualizam-se as coisas todas. E eu espero que aqui estejamos a contribuir de alguma forma para que não seja assim.

Para si o que é o mais importante?

Penso que uma das coisas mais importantes no ensino artístico, é a paixão. Ou seja – os alunos têm de trabalhar apaixonados.

Têm que estar apaixonados pelo seu instrumento. Se não o estiverem é muito mais trabalhoso, e o melhor que têm a fazer é tentar outros instrumentos até encontrarem a sua verdadeira paixão. Para além de não esquecer que isto de fazer arte é uma coisa muito séria. Exige muito, muito trabalho, muito



©2009reichrosa www.reichrosa.com

suor, muita repetição. Que é uma coisa que, muitas vezes, como é normal, as crianças têm dificuldade em perceber - *pois se já fizemos bem, porque é que vamos fazer outra vez?* Mas a repetição leva-nos realmente a descobrir coisas dentro daquilo que já conhecíamos. Ou parecia que já conhecíamos.

No trabalho com crianças há sempre que trabalhar um lado lúdico, que é muito importante – ou seja – o jogo, o jogo, o jogo.

Primeiro, quando eles são muito pequeninos, entender onde é que acaba a brincadeira e começa o jogo. Ou vice-versa. Ou seja – que regras é que existem, sejam elas as normais ou outras novas. E perceber que, cumprindo as regras – e eles jogam muitos jogos com regras completamente deturpadas, desde jogar à apanhada de costas a trocar os nomes a todos – tudo funciona.

Mas nunca deixar de ver isto como um trabalho altamente criativo. Os indivíduos não podem ser castrados ao ponto de se limitarem a executar seja o que for.

Por exemplo, na história de *Brundibar*, nós temos um coro grande – 117 alunos. Mas cada menino tem que ter, nem que seja apenas para sua própria orientação, a sua personagem. Na cena do mercado, há um que vai pôr o filho à escola, há outro que vai comprar um gelado,

há outro que está com dor de cabeça – cada um encarna uma personagem. A partir daqui, eu costumo dizer que a encenação, em 50% está feita. Porque depois eles são independentes.

No espectáculo do São Jorge foram chamadas ao palco algumas mães e uma avó, que tinham participado de alguma forma. Qual foi o tipo de participação?

Para nós é muito importante que haja um envolvimento com a família. E eu quero levar esse envolvimento ainda mais longe. Por exemplo – há o coro dos pais aqui no Conservatório, que ainda é relativamente pequeno, e que eu gostaria que crescesse e que, dentro das possibilidades, participasse nas nossas iniciativas.

Este grupo específico de mães é um grupo de voluntárias que nos ajudam na coordenação do espectáculo todo. Claro que isto poderia ser feito por outros professores, ou por funcionários da escola, mas acho que isto é muito bom para os pais também. E os filhos – sabendo que a mãe está ali – ficam um bocadinho mais controlados...

Ao fim de todo este trabalho, que balanço faz?

O balanço, quanto a mim, não podia ser melhor. Depois do espectáculo no São

Jorge, fiquei realmente com a sensação de que aquilo que se fez foi bem feito. Foi com tempo, não houve nenhum stress de última hora. Todo este trabalho é um grande aprendizado. Para nós também – eu aprendo muito a trabalhar com estes meninos.

Claro que se pode sempre fazer melhor do que aquilo que se fez. Mas é muito bom ficar com esta sensação de que não ficou nada de muito importante por fazer, nem nenhuma cena menos bem trabalhada. ■



Ver documentário em www.Gandapinta.tv

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Da busca de alternativas aos governos populares

FSM, breve balanço de 2009

Durante seis dias no final de Janeiro, cidadãos, movimentos e organizações de 142 países se encontraram na cidade de Belém para o IX Fórum Social Mundial. Mais de 2300 actividades envolveram 113 mil participantes em painéis, debates, seminários, actividades culturais, marchas e espaços abertos para a interacção directa entre os participantes do evento na região amazónica.

A convergência de movimentos e organizações da sociedade civil saiu fortalecida ao final, promovendo novas alianças para enfrentar as crises mundiais.

Os participantes vieram de cinco continentes. Entre as 5808 organizações presentes, 489 vieram da África, 155 da América do Norte, 119 da América Central, 334 da Ásia, 4193 da América do Sul e 27 da Oceania. Mais de 1300 representantes de nações e povos indígenas e originários estiveram presentes, marcando a mais significativa participação em toda a história do Fórum Social Mundial.

<http://www.forumsocialmundial.org.br/>



Ulisses Garrido

Comissão Executiva da CGTP-IN

Não é possível viver-se integralmente o Fórum Social Mundial. Vive-se aos bocados, escolhem-se os temas, faz-se base num sítio que se pensa concorrido de similares, percorre-se o terreno de modo a poder ver os índios, visitar o acampamento, comprar umas lembranças étnicas. Perdem-se os conhecidos, reconhecem-se alguns outros. É uma coisa imensa.

O 9º Fórum Social Mundial (FSM), que decorreu de 27/01 a 1/02/2009, em Belém do Pará, capital da Amazônia, no Brasil, orientado por um Comité Internacional e organizado por um comité composto por oito organizações fundadoras brasileiras (6 ONGs e 2 movimentos sociais), contou com a participação de cerca de 133.000 pessoas de 142 países, a esmagadora maioria brasileira e foi composto por 2.400 iniciativas auto-organizadas.

O Programa só por si é um bico-de-obra. Supostamente ajuda-nos a escolher e localizar, a saber onde ir, mas há dificuldades de saber o que há e onde, para além das dificuldades nos transportes e no tráfego urbano.

As chuvas equatoriais de Inverno esti-

veram presentes em força no desfile de abertura, feito sob autêntica tempestade.

CONTEÚDOS E PARTICIPAÇÃO

O Programa de iniciativas era extremamente diverso e plural, com um assinalável conjunto de temáticas ecológicas e pró-amazónicas, étnicas e indígenas, bem como sobre as crises capitalistas da economia/finanças, alimentar e energética. A água também esteve fortemente representada, bem como uma interessante exposição fotográfica e documentos alusivos à Paz e ao massacre na Palestina, sob o lema "45 anos depois, a história se repete", numa similitude entre o que os israelitas têm perpetrado em Gaza, com o holocausto.

Também os 50 anos da Revolução Cubana tiveram uma justa homenagem e destacada presença, numa tenda espaçosa e destacada, na qual decorreram diversos debates sempre muito concorridos.

Nos dias do Fórum participei em várias iniciativas, entre as quais destaco:

- *Reflexões sobre o trabalho e a sociabilidade nos países lusófonos, em tempo de mundialização* (com equipa portuguesa do ISEG liderada por Prof. Carvalho Ferreira);

- *Desmantelamento do poder das transnacionais – experiências e estratégias da América Latina e Europa* – em que tomei contacto com o que se faz por esse mundo apoiando as populações e os trabalhadores perante as ETN desrespeitadoras;
- *Democratização das comunicações: as alternativas dos pontos e laboratórios de mídia livre* – numa espantosa vitalidade de inúmeras rádios, sites, blogues... alternativos, que constituem um manancial de informação e de poder comunicacional popular que mobiliza, esclarece, vitaliza os movimentos sociais;
- *Vídeo de bolso: descentralizando a produção e a distribuição (redes on e offline)* – oficina: “Vídeo de bolso: faça o seu” – é assim que produzem vídeo por todo o lado, que cobrem os acontecimentos, que divulgam o que se passa, num uso espantoso das tecnologias disponíveis;
- *A comunicação dos trabalhadores na disputa ideológica* (co-organizado com a CGTP-IN) – onde foi analisada a TeleSul, uma televisão sediada em Cuba para a América Latina, noticiosa, alternativa e ao serviço dos Governos Populares; e onde Emir Sader, um interessante marxista e professor de sociologia, desenvolveu o pensamento crítico sobre os média e também sobre o próprio FSM; onde a CUT reflectiu a sua experiência de comunicação com os trabalhadores;
- *Comunicação e Formação: espaços estratégicos na disputa da consciência de classe dos/as trabalhadores/as* - onde eu próprio intervim pela CGTP-IN.

ASSEMBLEIAS FINAIS

A Assembleia dos Movimentos Sociais tomou decisões duma certa radicalidade, mesmo tendo reunido antes de quando previsto e com isso tendo tido menos participação do que seria natural.

Uma série de medidas consideradas urgentes orientam a partir de então a acção dos movimentos sociais, globalmente:

- A nacionalização da banca sem indemnizações e sob controlo social;
- Redução do horário laboral sem redução de salário;
- Medidas para garantir a soberania alimentar e energética;
- Pôr fim às guerras, retirar as tropas de ocupação e desmantelar as bases militares estrangeiras;
- Reconhecer a soberania e autonomia dos povos, garantindo o direito à autodeterminação;

- Garantir o direito à terra, território, trabalho, educação e saúde para tod@s;
- Democratizar os meios de comunicação e de conhecimento.

Ficaram definidas agendas de acção comum global:

- Promover uma semana de acção global contra o capitalismo e a guerra entre 28 de Março e 4 de Abril de 2009;
- Mobilização contra o G-20 a 28 de Março;
- Mobilização contra a guerra e a crise a 30 de Março;
- Dia de solidariedade com o povo palestino exigindo o boicote, desinvestimento e sanções contra Israel, a 30 de Março;
- Mobilização contra a NATO no seu 60o aniversário, a 4 de Abril.

Mas vale a pena ler a declaração completa (em http://blogosocialportugues.blogspot.com/2009/02/fsm-2009-declaracao-da-assembleia-de_08.html).

Aconteceram vários fóruns paralelos: Saúde, Educação, Ciência, Mídia livre (em que participei), das Autoridades Locais e Parlamentares...

DOIS INCONTORNÁVEIS

Emir Sader e Boaventura S. Santos são dois incontornáveis nos Fora.

O primeiro, membro comité internacional do FSM, fez uma crítica implacável ao modelo do Fórum e ao seu domínio por ONGs brasileiras; criticou o facto de todas as iniciativas serem autogestionadas e não haver dois ou três temas fundamentais que merecessem destaque; reclamou a centralidade do tema do trabalho e de se retomar a luta de classes; pôs em dúvida a representatividade e a democracia de algumas ONGs e o facto de se assumirem como representantes da sociedade civil, que por sua vez não é “representável”. Considerou que o FSM “roda em falso” e que precisa de mudanças organizacionais, dando iguais oportunidades de participação a todas as organizações e movimentos, mesmo aquelas/es que têm maiores dificuldades financeiras – como está são os europeus que podem ter e pagar iniciativas. Considerou também que “para onde vai o FSM é uma coisa; para onde vai o ‘outro mundo possível, é outra”.

Boaventura interveio no mesmo sentido e promoveu ainda o que chamou demo-

cracia económica, baseada numa prática sistemática de participação referendária, para decisão de todas as matérias importantes (exemplificava com o referendo sobre a dimensão da propriedade na Bolívia).

Em relação aos Estados, disse-os fundamentais na condução económica. Apon-ta para a necessidade de os transformar com aprofundamentos democráticos em vários campos. Chamou a atenção para o facto de que a democracia participativa avançou em experiências realizadas em níveis locais, mas caminhou pouco em escalas nacionais. Daí a importância dos movimentos sociais continuarem com suas acções e manifestações públicas, com as suas lutas nas ruas.

Segundo Boaventura, há que aproveitar este momento de desestruturação do capitalismo para construir novas alternativas. E não construímos alternativas somente com a razão fria. Precisamos da nossa razão quente e emocional, pois mais da metade da humanidade não são sujeitos dos seus próprios direitos humanos.

ENCONTRO COM OS PRESIDENTES

O programa incluiu um encontro-comício com os cinco Presidentes: Lula, Fernando Lugo, Rafael Correia, Hugo Chavez e Evo Morales. Foi a ocasião em que Chavez menos falou, disse Lula. Ele e Lula, afirmaram um empenho particular na construção do “socialismo do século XXI”. Estes mais populistas, os outros mais comedidos, intervieram no sentido de que os seus mandatos resultaram do apoio dos movimentos sociais e dos fora e dos FSM. Comício, o momento revestiu-se de um certo populismo, simplismo e triunfalismo, em particular na afirmação de que a crise é dos outros (países e sistema capitalista) que a devem pagar, com o Brasil aparentemente “protegido” dos seus efeitos mais dramáticos social e economicamente.

O FSM dizia-se e supunha-se desgastado, quicá esgotado. Não está. Tem vitalidades e redobradas energias. Carece certamente de construir novos consensos sobre organização e funcionamento, debate, experiências e decisões. Mas o futuro passa necessariamente por aqui.

*A CGTP-IN esteve representada por Fátima Mesias e Ulisses Garrido da Comissão Executiva.

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

AOS SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direcção: direccao@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiোসocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9143
●servicos@spgl.pt

Centro de Formação SPGL
●TEL: 21 381 9120
●formacao@spgl.pt

IIL - Instituto Irene Lisboa
●TEL: 21 381 9121
●spgliil@spgl.pt

Centro de Documentação
●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa
●Sintra
Rua Padre Manuel Nobrega,
Lt 8, Loja A, Algueirão
2725-085 Mem Martins
Tel.: 219212573 Fax: 219212559
●Parede
Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt
●Vila Franca de Xira
Rua Serpa Pinto, 136 - 2º
2600-262 Vila Franca de Xira
Tel.: 263276486 Fax: 263276487
E-Mail: vilaf Franca@spgl.pt

Direcção Regional do Oeste

●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt
●Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt
●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
E-Mail: santarem@spgl.pt
●Tomar
Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656

E-Mail: tomar@spgl.pt
●Torres Novas
Lg. José Lopes dos Santos,
Edif. Santa Isabel - 2º
2350-686 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt
●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt
●Almada
Av. D. Nuno Álvares Pereira,
21 - 1º Esq
2800-179 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt

Legislação

• **Dec-Lei nº 55/09, de 2 de Março**

Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da acção social escolar.

• **Despacho nº 7345/09, de 11 de Março**

Atribui anualmente o Prémio Nacional de Professores, dirigido a todos os educadores de infância e professores do 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário

• **Aviso nº 5432-A/09, de 12 de Março**

Aviso de abertura do concurso de educadores de infância e dos professores do ensino básico e secundário para o ano lectivo 2009/2010

• **Portaria nº 269/09, de 17 de Março**

Determina os valores dos coeficientes de revalorização a aplicar na actualização das remunerações que servem de base de cálculo das pensões

• **Declaração de rectificação nº 21/2009, de 18 de Março**

Rectifica a Lei nº 7/09, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código de Trabalho

• **Dec-Lei nº 69/09, de 20 de Março**

Estabelece o regime de integração nos quadros de escola dos docentes dos estabelecimentos públicos do ensino artístico especializado da música e da dança com pelo menos 10 anos de serviço consecutivos de exercício efectivo de funções em regime de contrato.

• **Portaria nº 303/09, de 24 de Março**

Estabelece medidas excepcionais destinadas a suprir a carência de pessoal docente com habilitação profissional legalmente exigida para o grupo de recrutamento de Espanhol

• **Declaração de rectificação nº 884/09, de 25 de Março**

Rectifica o aviso nº 5432-A/09, concurso de educadores de infância e dos professores do ensino básico e secundário para o ano lectivo 2009/2010

• **Despacho nº 8463/09, de 25 de Março**

Concessão da licença sabática para o ano escolar 2009/2010

• **Despacho nº 9553/09, de 6 de Abril**

Nomeação do Júri Nacional de Exames dos ensinos básico e secundário e das provas de aferição para o ano 2009

• **Portaria nº 365/09, de 7 de Abril**

Regula o procedimento concursal de recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário para os quadros de agrupamento de escolas e escolas não agrupadas legalmente definidos como prioritários

• **Despacho nº 9744/09, de 8 de Abril**

Reduções da componente lectiva pelo exercício dos cargos previstos no DL nº 75/08, de 22 de Abril

• **Despacho nº 9745/09, de 8 de Abril**

Fixação do número de adjuntos do director para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

• **Dec-Lei nº 89/09, de 9 de Abril**

Regulamenta a protecção na parentalidade dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de protecção social convergente

• **Dec-Lei nº 91/09, de 9 de Abril**

Estabelece o regime jurídico de protecção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade

• **Declaração de rectificação nº 25/09, de 13 de Abril**

Rectifica a Portaria nº 303/09, que estabelece medidas excepcionais a suprir a carência de pessoal docente com habilitação profissional legalmente exigida para o grupo de recrutamento de Espanhol

“Casa do Terreno - Turismo Rural

Próxima de Trancoso e de outras aldeias históricas.

Ambiente tranquilo.

Descontos especiais para professores sócios do SPGL.

www.casadoterreno.pt

tel: 271 894 046”



WWW.spgl.pt
A PÁGINA DO SEU SINDICATO

Regime Disciplinar

De acordo com o artº 112º do ECD, com a redacção que lhe foi dada pelo DL nº 15/07, de 19 de Janeiro o pessoal docente está sujeito ao Estatuto Disciplinar dos restantes trabalhadores que exercem funções públicas, excepto naquilo que, sobre a matéria, se encontra especialmente regulado por aquele.

Até 31-12-89, vigorou o Estatuto Disciplinar aprovado pelo DL nº 24/84, de 16 de Janeiro que foi substituído pelo que, entretanto, foi aprovado pela Lei nº 58/2008, de 9 de Setembro e entrou em vigor no dia 01-01-09.

Tendo em conta que esta inovação legislativa tem interesse para o pessoal docente, porque ao mesmo se aplica pelas razões referidas, destacarei as seguintes alterações de regime ocorridas com este novo Estatuto Disciplinar:

- a) Consagração do dever de informar o cidadão em substituição do dever de sigilo;
- b) Redução dos prazos de prescrição do direito de instaurar procedimento disciplinar (de 3 anos para 1 ano; de 3 meses para um mês, quando for constatada pelo superior hierárquico);
- c) Fixação de um prazo máximo de 18 meses para a conclusão dos processos disciplinares;
- d) Redução das penas disciplinares (desaparecem as penas de inactividade e a de aposentação compulsiva, mantendo-se a pena de suspensão);
- e) Consagração de um processo de averiguações para apurar se duas avaliações de desempenho negativas consecutivas indiciam a prática de infracção disciplinar, nos termos do artigo 18º nº 1 alínea h) do Estatuto Disciplinar;
- f) Admissibilidade da intervenção do procedimento da comissão de trabalhadores e, ou, da associação sindical a que o trabalhador pertence;
- g) Atribuição ao trabalhador, cuja pena expulsiva tenha sido anulada ou declarada nula ou inexistente pelo tribunal, da possibilidade de optar por uma indemnização em alternativa à reintegração no serviço.

Tendo em conta as alterações ocorridas é óbvio que o regime disciplinar do pessoal docente vertido no ECD deverá ter que se adequar ao disposto no novo Estatuto Disciplinar, designadamente no que respeita às penas disciplinares nele mencionadas e às remissões que no mesmo se encontram efectuadas para o DL nº 24/84, de 16 de Janeiro, entretanto revogado.

Ainda no que respeita às especificidades do regime disciplinar constantes do ECD, o DL nº 15/07, de 19 de Janeiro não trouxe grandes alterações relativamente à anterior redacção do mesmo, constante do DL nº 1/2008, de 2 de Janeiro. A este propósito enunciaremos as seguintes:

- a) Foi introduzido um preceito legal (artigo 113º) que veio clarificar quem detém competência disciplinar sobre o pessoal docente em articulação com o disposto, em matéria de competências, no diploma que regula o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de ensino;
- b) O artigo 115º passou a estabelecer a regra de que quem tem competência para instaurar o processo disciplinar nomeia o respectivo instrutor (só excepcionalmente é que a IGE poderá nomeá-lo, designadamente se não existir no serviço quem possa ser nomeado, por não preencher os requisitos previstos no artigo 42º do ECD, ou se estiver em causa matéria tecnicamente muito específica.

Aproveitando a temática abordada não queria deixar de alertar todos aqueles a quem eventualmente venha a ser instaurado um processo disciplinar para que não deixem de apresentar a sua defesa, para o caso de serem acusados, devendo, para o efeito, procurar ajuda especializada.

Na verdade, esta constitui a fase mais importante, se não a mais nobre do processo disciplinar, já que se impõe que “ninguém deve ser condenado sem ser ouvido”.

Esta fase destina-se a impugnar a culpa que é imputada ao arguido podendo este apresentar todas as provas de que dispõe e requerer as diligências tidas por convenientes para afastar a responsabilidade disciplinar que lhe é atribuída.

Desta fase pode, em grande medida, depender o resultado final do processo. ■